

9-11 de setembro de 2013

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUÍZ DE FORA



**XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA DE EMPRESAS
E
X CONGRESSO BRASILEIRO
DE HISTÓRIA ECONÔMICA**

ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA



**X CONGRESSO BRASILEIRO
DE HISTÓRIA ECONÔMICA**

E

**XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA DE EMPRESAS**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

9-11 de setembro de 2013

PROGRAMAÇÃO E CADERNO DE RESUMOS

C749p

Congresso Brasileiro de História Econômica (10: 2013: Juiz de Fora, MG)
Programa / Associação Brasileira de Pesquisadores em História
Econômica. – Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. xxx p.

Realizado simultaneamente com: XI Conferência Internacional de História das
Empresas

1. História Econômica – Congressos. 2. Desenvolvimento econômico. Associação
Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. II. Conferência Internacional de
História de Empresas (11.: 2013: Juiz de Fora, MG

CDU 33(091)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Brasil Colônia

Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)
Teresa Cristina de Novaes Marques (UnB)
Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima (UFRJ)

Brasil Império

Fernando Franco Neto (UNICENTRO)
Carlos Gabriel Guimarães (UFF)
Anderson José Pires (UFJF)

Brasil República

Paulo Roberto Cimó (UFGD)
Gustavo de Barros (UFJF)
Alexandre Maccione Saes (USP)

História Econômica Geral e Economia Internacional

Suzana Quinet de Andrade Bastos (UFJF)
Pedro Antônio Vieira (UFSC)
Cláudia Alessandra Tessari (UNIFESP)

História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia

Cláudia Heller (UNESP)
Alexandre Mendes Cunha (UFMG)
Marco Cavalieri (UFPR)

História de Empresas, História da Tecnologia

Luiz Carlos Soares (UFF)
Armando Dalla Costa (UFPR)
Alcides Goulart Filho (UNESC)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Angelo Alves Carrara (UFJF)
Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)
Thiago Fontelas Rosado Gambi (UNIFAL)
Armando Dalla Costa (UFPR)
Alcides Goulart Filho (UNESC)
Pedro Antônio Vieira (UFSC)
Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

DIRETORIA (2011-2013)

Presidente

Armando Dalla Costa

Vice-Presidente

Angelo Alves Carrara

1º Secretário

Alcides Goulart Filho

2º Secretário

Thiago Fontelas Rosado Gambi

1º Tesoureiro

Pedro Antônio Vieira

2º Tesoureiro

Afonso Alencastro Graça Filho

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Região Norte

Fábio Carlos da Silva
Lucas Araújo Carvalho

Região Nordeste

João Rodrigues Neto
Ana Paula Sobreira Bezerra

Região Centro-Oeste

Paulo Roberto Cimó Queiroz
Teresa Cristina de Novaes Marques
Suplente: Dulce Portilho Maciel

Região Sudeste

Alexandre Mendes Cunha
Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima
Suplente: Daniel do Val Cosentino

Região São Paulo

Alexandre Macchione Saes
Cláudia Heller
Suplente: Cláudia Alessandra Tessari

Região Sul

Fernando Franco Netto
Mariana Heloisa Lenz
Suplente: Pedro César Dutra Fonseca

Ex-presidentes da ABPHE:

Luiz Carlos Soares (1997-1999)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (1999-2001)
Wilson Suzigan (2001-2003)
João Antonio de Paula (2003-2005)
Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007)
Josué Modesto dos Passos Subrinho (2007-2009)
Pedro Paulo Zaluth Bastos (2009-2011)

Secretaria da ABPHE:

Departamento de Economia
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico
Universidade Federal do Paraná
Av. Prof. Lothário Meissner, 632
Jardim Botânico
80210-170 - Curitiba - PR
Tel. (41) 3360 4400
E-mail: abphe1@gmail.com

PROGRAMAÇÃO

————— **09 de setembro de 2013** —————

08:00-10:00 - Credenciamento

10:00-12:00 - Cerimônia de Abertura

Sessão Comemorativa dos 20 anos da ABPHE

Local: Auditório do Instituto de Ciências Humanas
Armando Dalla Costa - presidente da ABPHE
Angelo Alves Carrara - Vice-Presidente da ABPHE
Prof. Luiz Carlos Soares/Universidade Federal Fluminense
Prof. Carlos Gabriel Guimarães/Universidade Federal Fluminense
Prof. Pedro Paulo Zaluth Bastos/Universidade Estadual de Campinas
Prof. Luiz Fernando Saraiva/Universidade Federal Fluminense

14:00-15:45 - Sessões Temáticas I

Brasil Colônia - BRC 1; Brasil Império - BRI 1 e BRI 7; Brasil República - ^{2º}
BRR 1 e BRR 7; História Econômica Geral e Economia Internacional - HEG
1; Metodologia, Historiografia e Pensamento Econômico - HPE 1; História de
Empresas - HET 1

16:00-17:30 - Mesa Redonda I

Tema: A obra e contribuição da professora Eulália Lobo para a História
Econômica e Social Brasileira
Coordenação: Bernardo Kocher (UFF)
Participantes: Bernardo Kocher (UFF)
Profª. Ismênia Martins (UFF)
Prof. Eduardo Navarro Stotz (Fundação Oswaldo Cruz)

18:00 - Conferência de abertura: Os desafios do desenvolvimento na América Latina

Conferencista: Luis Bértola, Universidad de la República/Uruguai
Coordenação: Prof. Angelo Alves Carrara

10 de setembro de 2013

08:00-09:45 - Sessões Temáticas

Brasil Colônia - BRC 2; Brasil Império - BRI 2 e BRI 8; Brasil República - BRR 2 e BRR 8; História Econômica Geral e Economia Internacional - HEG 2; Metodologia, Historiografia e Pensamento Econômico - HPE 2; História de Empresas - HET 2

10:00-11:45 - Sessões Temáticas

Brasil Colônia - BRC 3; Brasil Império - BRI 3; Brasil República - BRR 3 e BRR 9; História Econômica Geral e Economia Internacional - HEG 3; Metodologia, Historiografia e Pensamento Econômico - HPE 3; História de Empresas - HET 3

14:00-15:45 - Sessões Temáticas

Brasil Colônia - BRC 4; Brasil Império - BRI 5; Brasil República - BRR 4; História Econômica Geral e Economia Internacional - HEG 4; Metodologia, Historiografia e Pensamento Econômico - HPE 4; Sessão Temática 24 - História de Empresas - HET 4

16:00-17:30 - Mesa Redonda II

Tema: Novos enfoques sobre a economia mineira setecentista: tráfico negro e o comércio intercapitanias

Coordenação: Prof. Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)

Participantes: Prof. Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)

Prof. Tarcísio Rodrigues Botelho (UFMG)

Prof. Antônio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)

18:00 - Conferência: A origem e o desenvolvimento das marcas das empresas e seu valor de mercado no contexto da evolução do capitalismo, desde meados do século XIX até meados do século XX

Coordenação: Prof. Armando Dalla Costa

Conferencista: Teresa Lopes, da Universidade de York

19:30 - Assembleia Geral da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica

11 de setembro de 2013

08:00-09:45 - Sessões Temáticas

Brasil Império - BRI 5; Brasil República - BRR5; História Econômica Geral e Economia Internacional - HEG 5; Metodologia, Historiografia e Pensamento Econômico - HPE 5

10:00-11:45 - Sessões Temáticas

Brasil Império - BRI 6; Brasil República - BRR 6; Metodologia, Historiografia e Pensamento Econômico - HPE 6

14:00-15:45 - Mesa Redonda III

Tema: A Grande Depressão de 1929 e a Crise Financeira Mundial de 2008: uma Comparação

Coordenação: Prof. José Luis Oreiro (UnB)

Participantes: Prof. Fernando José Cardim de Carvalho (IE/UFRJ)

Prof. José Luis Oreiro (UnB)

Prof. Luiz Fernando Rodrigues de Paula (UERJ)

16:00 - Sessão especial de lançamento de livros

RESUMOS

MÓDULO: BRASIL COLÔNIA

BRC 1.1

Transcrição dos Contratos do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate)

André Filipe de Mello e Paiva; Pontifícia Universidade Católica/SP

Resumo: Nas economias de Antigo Regime era usual o arrendamento de impostos e monopólios estatais a grupos mercantis privados por meio de contratos. Esta prática também se verificou nas colônias portuguesas, de maneira que os impostos e monopólios mais importantes eram arrendados no Conselho Ultramarino e, por isto, constam na documentação do projeto Resgate Barão do Rio Branco. Como diversos estudos têm demonstrado, os contratos são de grande importância para o entendimento da atuação dos grupos mercantis e das relações entre as colônias e a metrópole. Enquanto fontes, têm sido cada vez mais utilizados por pesquisadores não apenas da História Econômica, mas também por aqueles que desejam entender mais a fundo as relações de poder no interior do sistema Atlântico português. Neste sentido, todos os contratos que constam na coleção do projeto Resgate foram transcritos em tabelas e os resultados são agora apresentados.

BRC 1.2

O Universo dos contratos: Manuel Ribeiro dos Santos na primeira metade dos setecentos

Franciany Cordeiro Gomes; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo analisar o contrato dos dízimos reais das comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro Frio, correspondente ao triênio de 1741 a 1744, arrematado pelo então alferes Manoel Ribeiro dos Santos, um dos principais contratadores das Minas na primeira metade do século XVIII. Este estudo pretende analisar as condições de tal contrato, refletindo sobre as permanências e mudanças que ele apresenta, buscando refletir sobre os contratos em Minas Gerais de uma forma geral, juntamente com a atuação deste contratador especificamente. Para isso, utilizaremos estudos de referência sobre a questão dos contratos, além de documentos relacionados que contribuirão para a reflexão.

BRC 1.3

Somos portugueses: identidade, soberania, crédito e controle social nos quadros do império português – Minas Gerais (1774-1779)

Raphael Chaves Ferreira; Universidade Federal de São João Del Rei

Resumo: Este artigo parte da discussão da existência de identidades mistas na Colônia a partir da capitania de Minas Gerais, onde a formação de uma expressiva camada de libertos implicou, no século XVIII, no reforço do apego à lusitanidade, intimamente relacionada ao estatuto de súdito e ao serviço à Coroa. E em um contexto de esvaziamento das jazidas auríferas e de acomodação evolutiva no sentido de uma economia de abastecimento, é preciso estar atento às formas de financiamento, em uma sociedade carente de liquidez, como mecanismos de controle social. Nossa pesquisa, ainda em andamento, vem demonstrando para a vila de São João del Rei, importante participação do Cofre do Juízo de Órfãos e dos agentes a ele vinculados nesse mercado, o que indica a fragilidade do setor mercantil no período analisado, quadro diverso do apresentado no século XIX, quando a vila se torna importante centro mercantil.

BRC 2.1

A dízima da Alfândega da Bahia, 1711-1731

Hyllo Nader de Araújo Salles; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: A partir dos fins do século XVII, a Coroa portuguesa se voltou para o Atlântico Sul, uma vez que o ouro arrastou para lá o eixo de gravidade econômica do império e consequentemente os interesses da administração central. Para o custeio do guarda-costas, a Coroa ordenou a taxaço em dez por cento das mercadorias que dessem entrada no porto de Salvador, isto é, a dízima da Alfândega. A presente pesquisa tem por objeto de estudo a dízima da Alfândega da Bahia: a primeira tentativa de estabelecê-la em 1711; o seu efetivo estabelecimento em 1714 e os dois primeiros contratos da dízima da Alfândega, que foram arrematados para os triênios de 1723 a 1726 e de 1727 a 1729. As fontes utilizadas são a documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino referente à capitania da Bahia pertencente à Segunda Série.

BRC 2.2

Reses, fazendas, feiras e a urbanização dos “certoens” das Capitanias do Norte

Esdra Araes; Universidade de São Paulo

Resumo: Ao longo do colonialismo, a pecuária extensiva desenvolvida no sertão nordestino foi o leit motiv para a constituição dos primeiros focos de

povoamento daquele vasto território. Tal especificidade econômica desenvolveu um dinâmico sistema urbano e uma complexa divisão social e territorial do trabalho, dando condições ao surgimento de um mercado interno tão importante quanto o ultramarino. Isto posto, essa comunicação busca analisar como a criação de gado dos “Certoens” das capitanias do Norte estruturou a malha urbana colonial sertaneja, composta por assentamentos humanos de variados níveis e perfis (pousos, currais, fazendas, freguesias, vilas e cidades). Indicamos, também, o papel das feiras como materialização, no território e núcleos urbanos, dos fluxos econômicos e das redes de relações imbricadas nos confins do interior do Nordeste.

BRC 2.3

Novas considerações sobre o movimento conjuntural da economia açucareira no século XVII

Wolfgang Lenk; Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O trabalho busca rever o tema amplo da reversão cíclica da economia açucareira colonial no século XVII, particularmente a partir da análise clássica de Celso Furtado. Buscou-se apreender o crescimento real da produção da açucareira no período, pela análise cuidadosa do valor do contrato dos dízimos, de séries de preços e de outras informações disponíveis. Em consequência, o artigo propõe que a tendência secular é provavelmente de redução no nível geral de produtividade, embora se deva relativizar o impacto da concorrência antilhana no processo, como já havia sido sugerido por Vera Ferlini. Ademais, tratou-se de analisar conjunturas específicas ao longo do século, o que permitiu a definição de três períodos razoavelmente distintos: a década de 1620; os anos de instabilidade entre 1630 e 1650; o crescimento lento porém contínuo entre 1650 e 1670, até a crise dos anos 1680.

BRC 2.4

O tráfico de escravos em Bissau e a dinâmica da economia atlântica portuguesa (1756-1808)

Diego de Cambraia Martins; Universidade de São Paulo

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo quantitativo sobre o tráfico de escravos em Bissau, no período entre 1756 e 1808. O cerne inicial desse trabalho foi o de estabelecer parâmetros de comparação com os outros ramos do tráfico português, e como este se inseria na dinâmica econômica atlântica, a partir de sua interação comercial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão e com a própria metrópole. Sendo assim, espero que os dados aqui

apresentados possam contribuir para a discussão sobre o papel do tráfico na economia atlântica portuguesa.

BRC 3.1

As unidades produtivas do Termo de Mariana: produção, beneficiamento e consumo. (1711-1750)

Quelen Ingrid Lopes; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Para além da atividade mineradora, ou em consórcio com a mesma, o espaço agrário do Termo de Mariana, comarca de Vila Rica, foi palco de uma larga produção agrícola. Buscamos apresentar e discutir neste presente texto dados relativos à produção de gêneros de subsistência e seu beneficiamento realizados na região ao longo da primeira metade do século XVIII. Ademais, investigaremos a relação dessa produção com o mercado de abastecimento local, para além da produção com intuito de abastecimento das próprias unidades produtoras, nas quais também se realizavam atividades ligadas à extração aurífera.

BRC 3.2

A mineração e o tráfico português de escravos: notas de pesquisa

Maximiliano M. Menz; Universidade Federal de São Paulo

Resumo: O texto procura explorar algumas hipóteses a respeito do impacto da mineração no Brasil sobre o funcionamento do tráfico de escravos principalmente em Angola, utilizando para isto a documentação do AHU, do Banco de dados dos Contratos do Conselho Ultramarino, elaborado por André F. de Paiva e dos contratos de Angola. No final, discute-se rapidamente o impacto sobre o tráfico de escravos na Costa da Mina, a partir dos trabalhos de Gustavo Acioli Lopes, e são propostas algumas comparações.

BRC 3.3

Riqueza e escravidão na evolução econômica da freguesia de São José do Rio das Mortes (MG) entre fins do século XVIII e meados do XIX

Carlos de Oliveira Malaquias; Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar a evolução e composição da riqueza pessoal inventariada na antiga freguesia mineradora de São José do Rio das Mortes. Associando as informações de um conjunto de inventários post-mortem e de listas nominativas montamos avaliamos um crescimento contido da riqueza média e um processo simultâneo de concentração do

patrimônio inventariado, além da ampliação da importância da propriedade de escravos. Em linhas gerais, os resultados apontam que a posse de escravos reduzia a desigualdade de riqueza entre os proprietários, mas o aumento da concentração das demais formas de patrimônio mostra que as novas relações de mercado experimentadas pela Comarca do Rio das Mortes nas décadas iniciais do século XIX premiou mais aos proprietários que contavam com condições de beneficiamento e comercialização da produção nos mercados inter-regionais.

BRC 3.4

Receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1736

Luiz Alberto Ornellas Rezende; Universidade de São Paulo

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as receitas e despesas da Câmara Municipal de Vila Rica, desde sua fundação em 1711, até o momento em o grupo dirigente consolida seu poder local. As receitas e despesas foram revisadas, comparadas com as contas dos oficiais da época, com as contas do Ouvidor da época, e também com estudos anteriores. Encontramos padrões bastante diferentes para a primeira, segunda e terceira década do período estudado, e esta oscilação parece estar diretamente relacionada à redução da autonomia da instituição.

BRC 4.1

“Elementos da Ilustração” no Rio de Janeiro durante a segunda metade do setecentos

Fábio Pesavento; Escola Superior de Propaganda e Marketing/RS

Resumo: O período pombalino (1750-77) pode ser caracterizado pela presença de importantes rupturas institucionais as quais tiveram impacto sobre o desempenho econômico do Império Ultramarino Português. Essa reforma revela a presença de “elementos da Ilustração” em diferentes frentes. Para traçar tais eventos, se remontou a trajetória e as atividades econômicas que reverberaram este movimento. Diante a falta de estudos sobre os artesãos da América Latina, busca-se investigar as particularidades de cada invenção, suas aplicações e impactos sobre o crescimento econômico do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XVIII. O artigo revelou que a maioria dos homens “Ilustrados” estava em uma posição de destaque não só na sociedade do Rio de Janeiro, mas também dentro da administração do Marquês de Lavradio. Os resultados também revelaram um crescimento importante no valor das exportações do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, no seu nível de renda.

BRC 4.2

Reformismo Ilustrado na Amazônia Portuguesa: constrangimentos econômicos, ambientais e tecnológicos (1755-1799)

André Augusto da Fonseca; Universidade Estadual de Roraima

Resumo: Este trabalho propõe um diálogo com parte da historiografia da Amazônia colonial e com alguns relatos de viajantes e agentes coloniais, procurando compreender a importância dos fatores materiais na explicação histórica das peculiaridades do processo de colonização na região na segunda metade do século XVIII. As contradições econômicas do modelo colonial, assim como a demografia e o meio ecológico, comprometeram e limitaram o êxito das medidas pombalinas.

BRC 4.3

Os sertões do estado do Pará: registros, controles e sujeitos no comércio fluvial

Siméia de Nazaré Lopes; Universidade Federal do Amapá

Resumo: Desde o início da ocupação portuguesa na região do vale do Rio Amazonas, que o comércio realizado na capitania do Pará se deslocava para as áreas dos sertões, onde os produtos extraídos eram negociados e transportados para a cidade de Belém. No porto da cidade, essas mercadorias abasteciam o comércio local e/ou eram exportadas para o porto de Lisboa. No início do século XIX, o comércio para essa área demandou um maior controle, em função das transações comerciais realizadas nesse espaço. Com esse intuito, as fortalezas levantadas ao longo dos rios serviam de ponto de fiscalização para aferir os produtos negociados e as pessoas afeitas a esse comércio. Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar o comércio de gêneros dos sertões e os sujeitos envolvidos nesse circuito. Na documentação que se utilizou pode-se encontrar os Registros da Coletoria dos Impostos de Gurupá organizadas nos códices do Arquivo Público do Estado do Pará e os avulsos do Projeto Resgate (Pará e Rio Negro).

MÓDULO: BRASIL IMPÉRIO

BRI 1.1

Fazendeiros escravistas na crise da escravidão: a produção da riqueza na comarca do Rio das Mortes, o distrito da Lage (1850-1870)

Paula Chaves Teixeira; Universidade Federal Fluminense

Resumo: O artigo tem como objetivo o estudo da produção da riqueza em uma localidade escravista, o distrito da Lage, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, nos anos de crise da escravidão brasileira. A região, conformada por fazendas escravistas, tinha na tríade escravidão, terra e animais a base de produção das riquezas e das mercadorias que asseguravam sua inserção no mercado abastecedor sul-mineiro e no comércio interprovincial com a Corte do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. A crise do sistema escravista, iniciada em 1850 com a proibição do tráfico atlântico de africanos, e a lei de terras criaram novos obstáculos aos fazendeiros mineiros na labuta cotidiana de reprodução do modo de viver e interferiram na forma como estes homens lidavam com os seus negócios e a produção da riqueza.

BRI 1.2

A riqueza do município de Lavras-MG nas décadas finais do regime escravista (1870-1888)

Eduardo José Vieira; Universidade de São Paulo

Resumo: A pesquisa busca traçar o perfil da riqueza do município de Lavras-MG nas décadas finais do regime escravista brasileiro (1870/80). A partir da análise de processos de inventários post-mortem, analisa a estrutura da riqueza da população local sob a perspectiva de alguns modelos explicativos para a economia mineira do século XIX. Verifica a distribuição da propriedade por tipo de ativo dos inventários e busca identificar o que se produzia na localidade nesse período. Embora ainda em andamento, a pesquisa aponta na direção do caráter fortemente escravista da economia e da diversificação da produção. Já se pode constatar a importante função do município no contexto regional, já que conta com expressiva quantidade de animais de corte, produção de gêneros como açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão, além de um considerável mercado de crédito, seja através de contas correntes ou empréstimos a prazo fixados.

BRI 1.3

Composição da riqueza e escravidão na Zona da Mata Mineira: Santa Rita do Turvo na segunda metade do XIX

Fernando Antonio Alves da Costa; Universidade de São Paulo

Resumo: No estudo da composição e da evolução da riqueza dos habitantes inventariados de Santa Rita do Turvo, localidade situada na Zona da Mata Mineira, na segunda metade do século XIX, verificamos que o grupo de ativo constituído pelos escravos foi aquele mais representativo nos patrimônios dos indivíduos que viveram e morreram na região no período em questão. Tendo esta constatação como premissa, propomos uma análise verticalizada deste grupo de ativos em separado. Buscamos investigar as principais características dos escravos que compuseram a mais expressiva parcela da riqueza em uma região distante de grandes centros econômicos e de circuitos mercantis voltados para agro exportação. A representatividade dos inventariados escravistas, a distribuição da posse cativa de acordo com o montante dos patrimônios, a posse média por faixas de riqueza, os preços médios segundo grupos etários e faixas de riqueza e a distribuição por sexo são alguns dos elementos contemplados e investigados.

BRI 1.4

O valor da escravidão: a avaliação dos escravos em Castro nos inventários e o apego à escravidão pela sociedade castrense (1841-1860)

Rogério Vial, Fernando Franco Netto; Universidade Estadual do Centro Oeste

Resumo: Através da pesquisa relacionada aos inventários pertencentes ao Fundo de Inventários do Museu do Tropeiro de Castro, buscamos quantificar o número de escravos avaliados e as faixas etárias e de sexo destes indivíduos. Após essa classificação buscamos entender como a sociedade de Castro e dos Campos Gerais reagiram ao fim do tráfico de escravos proporcionados pela Lei Eusébio de Queiroz de 1850. Os números aqui levantados fornecem dados que apontam para um apego da sociedade castrense para com a escravidão. Seria uma questão econômica? Ou seria de status? As respostas, embora não sejam definitivas são surpreendentes.

BRI 2.1

Demografia escrava em Franca-SP, 1850-1888

Maisa Faleiros da Cunha; Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Neste trabalho caracterizamos a demografia escrava destacando a estrutura etária e sexual, origem (africana/crioula), estado conjugal e cor dos

cativos presentes na localidade paulista de Franca no período 1851-1888. A fim de realizarmos um exercício, de caráter metodológico, comparamos os dados censitários referidos a um momento específico (1872) com as informações coletadas em inventários post-mortem para o período 1851-1871. Dando continuidade ao nosso exercício, comparamos as informações extraídas do Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística (1888) com aquelas encontradas nos inventários post-mortem entre 1872 e 1888. Nosso objetivo é o de apontar as semelhanças e diferenças encontradas na demografia escrava a partir de fontes variadas e distintas. A confrontação entre fontes de caráter transversal - para um ponto específico no tempo (1872 e 1887) - com os inventários post-mortem - que permitem extrair informações longitudinais - demonstra que os dados provenientes das fontes citadas, ainda que com recortes temporais distintos, apresentam tendências e perfis semelhantes no tocante à demografia escrava.

BRI 2.2

O perfil dos alforriados de Ilhéus (BA), 1810-1850

Marcelo Loyola de Andrade; Universidade de São Paulo

Resumo: Trata-se de um estudo, em andamento, das cartas de alforrias registradas nos Livros de Notas do tabelionato de Ilhéus - BA, entre 1810 e 1850. Estes livros encontram-se no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e em microfilme no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). A nossa análise abrange 85 cartas de alforrias que resultaram em 87 alforriados. Nesse sentido, o nosso objetivo consiste em ressaltar as particularidades do fenômeno da alforria na localidade dentro do período assinalado, atentando, principalmente, para os aspectos relacionados ao perfil dos alforriados e as formas de obtenção das alforrias.

BRI 2.3

O batismo e o compadrio de escravos em Xiririca, São Paulo (1817-1888)

Agnaldo Valentin; Universidade de São Paulo

Resumo: A comunicação centra-se na análise de 1.820 registros de batismos de escravos e ingênuos nascidos entre 1817 e 1888 na localidade de Xiririca (atual Eldorado Paulista), no Vale do Ribeira paulista. Após a delimitação econômica e demográfica da localidade, apresento os resultados derivados dos registros de batismo, enfocando a condição de legitimidade, o intervalo entre o nascimento e o batismo e a distribuição dos mesmos entre os proprietários dos escravos. A seção final é dedicada à análise agregada dos padrinhos das crianças, enfocando as diferenças entre o período associado ao maior dinamismo da atividade

rizicultora (até meados de 1840) e o quadro delineado pela estabilidade e decadência da atividade agrícola, que tem como pano de fundo a transição do final do tráfico atlântico e a consolidação do comércio interno de escravos.

BRI 2.4

Registros de batismos de escravos em Alfenas (MG) nas primeiras décadas do século XIX – nota de pesquisa

Mário Danieli Neto; Universidade Federal de Alfenas/MG

Resumo: Apresentam-se neste texto resultados parciais de uma pesquisa sobre a escravidão na região do atual município de Alfenas (MG) nos primeiros anos do século XIX. A pesquisa foi baseada em documentação primária recolhida junto à Paróquia São José e Dolores e consiste em registros de batismo de cativos. Por meio desta documentação, procurou-se traçar algumas das características da composição da população escrava da região em um período em que o tráfico Atlântico ainda era significativo.

BRI 2.5

Notas sobre o comércio doméstico de escravos: Araras, 1870-1879

Gabriel Almeida Antunes Rossini; Pontifícia Universidade Católica/SP

Resumo: Este artigo aborda elementos do tráfico interno de escravos ao longo da década de 1870. Realizamos esta pesquisa por meio da análise de 100 Escrituras que registraram a compra-venda de 298 escravos, em Araras, município pertencente à Zona da Baixa Paulista. A partir das informações coletadas nestes códices, realizamos apreciações econômicas e demográficas do conjunto de pessoas cujo tráfico foi registrado no município que temos em apreço.

BRI 3.1

Transportes, região e desenvolvimento econômico: a dinâmica da expansão da infra-estrutura viária na província de Minas Gerais, 1840-1889

Lidiany Silva Barbosa, Marcelo Magalhães Godoy; Cedeplar – Face/UFMG

Resumo: O artigo contempla o quadro geral das obras realizadas na infra-estrutura de transportes tradicionais pelo Governo Provincial de Minas Gerais, entre 1840 e 1889. As fontes principais são os Processos de Construção de Estradas e Pontes, geradas no âmbito da Secretaria de Obras Públicas e que abarcam extensa e complexa documentação sobre todas as fases das intervenções viárias realizadas na província. Os resultados fundamentais afirmam forte correlação entre o nível de desenvolvimento econômico das regiões mineiras e a incidência de obras públicas viárias, a revelar pronunciado desequilíbrio na

distribuição dos recursos financeiros provinciais destinados a infra-estrutura de transportes de Minas Gerais.

BRI 3.2

Empreiteiros e engenheiros na construção de ferrovias no Brasil no século XIX

Maria Lúcia Lamounier; Universidade de São Paulo

Resumo: Em 1852 foram aprovadas medidas efetivas para a construção de ferrovias no nordeste e no sudeste do Brasil. Nas décadas de 1870 e 1880, desencadeou-se uma grande onda de construção de linhas, extensões e ramais ferroviários; até 1890, milhares de quilômetros de ferrovias foram construídos no país, ampliando significativamente a fronteira agrícola, especialmente na província de São Paulo. No Brasil, assim como na maioria dos países no século dezenove, a construção de ferrovias baseava-se no sistema de empreitada. A construção de ferrovias demandava um grande número de engenheiros, técnicos, trabalhadores qualificados e semi qualificados, e um grande número de trabalhadores não qualificados. Este texto examina o processo de formação das companhias ferroviárias e as condições dos contratos que as empresas estabeleciam para a administração das obras de construção das ferrovias no Brasil na segunda metade do século XIX. Inquirindo sobre quem eram “os homens que construíram as ferrovias” nas regiões nordeste e sudeste do país, o texto focaliza o papel dos empreiteiros e engenheiros, estrangeiros e brasileiros, as relações que estabeleciam entre si e as condições contratadas para a execução das obras.

BRI 3.3

As concessões de ferrovias no Brasil e na Argentina, 1850-1889

Caio Junqueira de Souza Albuquerque, Maria Lúcia Lamounier; Universidade de São Paulo

Resumo: Brasil e Argentina construíram suas primeiras estradas de ferro somente na década de 1850. As linhas férreas desempenharam um papel fundamental em ambos os países, gerando crescimento econômico a partir da consolidação do modelo agroexportador e contribuindo para a integração nacional. Elas foram estudadas por diversos autores, cujos pontos de vista muitas vezes divergem. Contudo, comparações entre as ferrovias brasileiras e argentinas são escassas, assim como estudos com foco na concessão ferroviária. Este artigo visa, a partir da análise da literatura acadêmica sobre ferrovias, dar um primeiro passo nesse sentido, ao comparar as concessões ferroviárias do Brasil, com um foco na Província de São Paulo, e da Argentina, entre 1850 e 1889.

BRI 4.1

Interpretações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1830)

Leandro M. Malavota; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Resumo: O presente trabalho consiste em uma discussão sobre tecnologia e propriedade no Brasil do primeiro terço do Oitocentos, tomando como objeto principal a estrutura de proteção patentária construída a partir da promulgação do Alvará de 28 de abril de 1809. Para isso, pretendemos refletir sobre duas interpretações acerca das funções desempenhadas pelo referido estatuto, presentes nas obras de Clóvis da Costa Rodrigues e Nuno Carvalho, duas das mais importantes pesquisas desenvolvidas no campo da história da propriedade intelectual no Brasil. A crítica de ambos os trabalhos engendra a proposição de uma tese alternativa, que será logo em seguida apresentada. Por último, efetuaremos um breve balanço dos impactos causados pelos mecanismos de incentivo à atividade inventiva sobre a economia durante o período de vigência do alvará (1809-1830), atentando para as relações entre propriedade, inovação e desenvolvimento econômico.

BRI 4.2

A questão fiscal na criação de vilas em Minas Gerais (década de 1830)

Edneila Rodrigues Chaves; UFF

Resumo: A criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico atendeu a demanda antiga por divisão administrativa do território. Demonstrase Minas Gerais regionalizada, destacando a criação de vilas na região Norte. As petições para esse fim eram comuns a outras províncias do Brasil e tinham fundamentação semelhante. Mas, a Assembleia Geral somente tratou do assunto a partir de 1831 em consonância com a questão fiscal, de interesse do governo central e das províncias que se impôs na agenda política a partir de então.

BRI 4.3

As relações de crédito nas freguesias de Mariana e Guarapiranga no período de 1820-1840

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa; UFMG

Resumo: Em uma sociedade na qual o meio circulante (papel moeda ou ouro) era escasso, era necessário um mecanismo que garantisse a manutenção das dívidas, que honrasse os compromissos das negociações. Dessa forma, a palavra aparece como uma forma de garantia que essas dívidas fossem pagas. Nesse momento vemos as relações de crédito se fortalecer. Nesse artigo, serão discutidos os conceitos de crédito e como este se constituía na primeira metade do século XIX. Também será analisada como funcionava a economia da província de

Minas Gerais. Por fim será feita uma análise de fontes, demonstrando como funcionavam essas relações creditícias a partir das dívidas ativas e passivas presentes nos inventários post-mortem das localidades em estudo.

BRI 5.1

A formação da cafeicultura em Bananal, ca. 1800 – ca. 1830

Breno Aparecido Servidone Moreno; Universidade de São Paulo

Resumo: A rebelião escrava de Saint Domingue (1791-1804) desestruturou as plantations da região, alterando de forma profunda a oferta mundial de café. Aproveitando o vácuo no mercado internacional, a América portuguesa passou a se dedicar à lavoura de café, sendo que Bananal, localizada no médio Vale do Paraíba, foi uma das primeiras a cultivar o arbusto. Os cafezais foram ali introduzidos na passagem do século XVIII para o XIX e passou a ser cultivado em larga escala a partir de 1815 com a volta da paz na Europa e a reorganização dos mercados consumidores. Para analisar o impacto da introdução e deslanche da cafeicultura na região, foram selecionados dois dos maiores cafeicultores escravistas que faleceram nos anos 1830. Com base nas Listas Nominativas de Habitantes dos anos de 1817, 1822 e 1829, acompanhou-se a trajetória de cada um destes indivíduos. Por fim, foram analisados os seus inventários post-mortem abertos na década de 1830. Assim, foi possível investigar a montagem da cafeicultura na região bem como as estratégias de gestão das empresas agrícolas destes cafeicultores ao longo do período em tela.

BRI 5.2

A microrregião de Franca (SP): a chegada do café numa região de pequenas propriedades e a manutenção da dinâmica social e econômica em fins do século XIX

Almir de Paula e Silva; Unesp-Araraquara/SP

Resumo: O presente trabalho faz parte das discussões realizadas na dissertação de mestrado sobre os pequenos municípios da microrregião de Franca. Ele traz o estudo da microrregião de Franca, apresentada considerando sua formação histórica, suas heranças econômicas, sociais e culturais, que irá nos auxiliar no entendimento do estudo dos pequenos municípios. A constituição dos municípios, o processo de fragmentação territorial e as particularidades socioeconômicas são descritas e analisadas tendo em vista as transformações ocorridas com a chegada da ferrovia, do café, dos imigrantes europeus. Com isso, compreende-se que a região, como os demais espaços não se explicam por si mesmos, pois se inserem em processos globais, que de certa forma influenciam em sua formação socioeconômica.

BRI 5.3

Commodity Chains e Evolução dos Padrões de Mercado: O caso da Economia Cafeeira da Zona da Mata de Minas Gerais

Anderson José Pires; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Este trabalho procura analisar a evolução e organização da economia cafeeira de exportação que se desenvolveu na região da Zona da Mata de Minas Gerais a partir de duas óticas distintas, mas convergentes: aquela denominada Cadeia Global de Mercadorias (Global Commodity Chains) e da Evolução do Padrão de Mercados, herdada dos trabalhos de Karl Polanyi. Seu principal objetivo é a delimitação de um novo espaço, ainda bastante subestimado pela historiografia, caracterizado regionalmente pela economia agroexportadora do café e mercado por uma forma bastante singular de constituição de mercados e da transição capitalista, exemplificando de forma importante a capacidade de formação de estruturas sócio-econômicas relativamente dinâmicas no que diz respeito à acumulação de capital no interior do país, contrastando em grande parte com uma historiografia que procura restringi-lo apenas aos grandes centros de poder político e administrativo.

BRI 5.4

Produção de alimentos e pecuária nos meados do século XIX: o sul de Minas em questão

Pedro Henrique Leão Coelho; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Esse trabalho consiste em um esforço inicial de analisar o comportamento economia de mercado interno nos meados do século XIX, no Sul de Minas, utilizando a documentação referente a Lavras, entre os anos de 1831 a 1868 – refere-se ao período de formação da vila de Lavras e sua elevação a categoria de município. A análise inicial das fontes, os inventários e registro paroquiais de terra, permitiu que observássemos o caráter agropecuário da vila, uma vez que a presença de lavradores e roceiros foi marcante. A presença de numerosos fogos se dedicando ao plantio de alimentos e criação de animais, com diferentes vínculos com o mercado, nos permite, através da comparação com as demais freguesias da Comarca do Rio das Mortes, apontar a vila de Lavras do Funil como uma importante região de economia de alimentos.

BRI 6.1

As finanças brasileiras na Exposição Universal de Paris em 1889

Amaury Patrick Gremaud; Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto/SP

Resumo: O objeto principal deste artigo é a forma como são descritas e analisadas

as “finanças” brasileiras, entendidas aqui como as questões monetárias, creditícias e cambiais brasileiras em dois livros - *Le Brésil* e *Le Brésil em 1889* - editados na França em 1889 por ocasião da participação da ainda monarquia brasileira na Exposição Universal em Paris. Procura-se contextualizar internamente as posições assumidas nas duas obras que buscaram externamente mostrar o país positivamente aos com o propósito de atrair recursos para o Brasil, sejam humanos ou financeiros. Deste modo, destacam-se no presente artigo, mais do que as vantagens que estes recursos, poderiam auferir se fossem aplicados no Brasil, mas principalmente como se imaginava, no Brasil do fim da monarquia, o que era estar fazendo a “coisa certa” para que estes capitais fluíssem ao país; como era entendido, pelos autores dos verbetes, o *sound finance* que permitiria a atração dos capitais.

BRI 6.2

O comércio entre o Rio de Janeiro e a Virgínia na metade do século XIX

Carlos Eduardo Valencia Villa; Universidade Federal Fluminense

Resumo: Los intercambios mercantiles directos entre el sudeste brasilero y el sur de los Estados Unidos son bastante desconocidos y poco se sabe sobre la importancia que tuvieron en el desarrollo regional y si esa actividad llegó a ser un circuito permanente. Para resolver este problema, este texto cruza datos publicados en los periódicos locales. En Río de Janeiro se empleó la Revista Comercial del Jornal do Commercio que informaba las cantidades de productos importados y sus orígenes nacionales. Esa información fue cruzada con las marcas de harina de trigo producidas en Virginia y así establecimos que buena parte del pan consumido por cariocas provenía de harina virginiana. En Virginia, usamos el Richmond Enquirer que traía la publicidad de los almacenes que informaban cuánto y el origen de cada producto, así fue claro que el café de los virginianos venía del sudeste brasilero. Al final, proponemos la hipótesis que ese flujo era regular y podría estructurar un intercambio permanente.

BRI 6.3

Economic Development and the Biological Standard of Living in Brazil, 1830-1960

Daniel William Franken; University of California – Los Angeles

Resumo: I utilize anthropometric evidence (on human height) to quantify secular and regional changes in the biological standard of living in Brazil from 1830 to 1960. After reviewing the extant literature on economic development in Brazil during this time period, this paper discusses the theoretical basis of research in historical anthropometrics. I utilize two new sources of height

data — military records (that capture typical Brazilian males) and passport records (that represent elite Brazilians). I find substantial improvements in the biological standard of living of the middle and lower classes during the period of rapid export-led industrial growth (1870-1913), yet no increase for the elite. The final section concludes the paper and details plans for additional research.

BRI 6.4

Porto, navegações e importação estrangeira em Belém do Oitocentos, 1840-1870

Mábia Aline Freitas Sales; Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este artigo busca entender a intensidade da entrada de embarcações estrangeiras no porto de Belém entre os anos de 1840 a 1870, levando em consideração o aumento contínuo das visitas no período que sucedeu a Cabanagem no Pará. Parte-se da noção de que, nos meados do século XIX, o processo civilizador ao se consolidar na Europa se espalhou para várias partes do mundo, tendo alcançado significativa apropriação na Província do Pará por possuir um porto que lhe colocou em contato direto com os portos Americanos, Portugueses, Ingleses e Franceses. Esse levantamento faz-se importante na medida em que insere a Província do Pará no circuito do comércio internacional, no qual estiveram inseridas as cidades portuárias do Brasil durante o Império e ajuda a entender o reflorescimento da economia do Pará a partir de 1840.

BRI 7.1

Algumas possibilidades de acumulação fora do mercado da elite imperial brasileira no século XIX (Fazenda Imperial de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1808-1840)

Manoela Pedroza, Henrique Sobral; UFRJ

Resumo: Nosso objetivo nesta pesquisa é provar que os foreiros da Casa Imperial brasileira, ou seja, homens que receberam terras na região do Vale do Paraíba Fluminense durante a primeira metade do século XIX, conseguiram contornar a tão incômoda renda fundiária de uma aquisição de terras nos moldes capitalistas para se tornarem os “barões do café”. Nesse caso, provaremos a funcionalidade dos instrumentos de um “Antigo Regime nos trópicos” para as modernas formas de acumulação primitiva nestes mesmos trópicos: o acesso à terra, pré-requisito indispensável para a acumulação no circuito cafeeiro-exportador, não era acedido pelas regras de um mercado livre, nem requeria poupança ou investimentos prévios. Ele era viabilizado fora deste mercado, pela proximidade pessoal, influência política ou trocas diretas com o monarca.

BRI 7.2

O trapiche e suas fronteiras: negociantes e a transição do porto do Rio de Janeiro rumo à lógica do capital (XIX - XX)

Cezar Honorato, Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca; Universidade Federal Fluminense

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo contribuir para o entendimento da transição das relações pré-capitalistas rumo à lógica do capital no porto do Rio de Janeiro. Nesse sentido, entender as relações pré-existentes é fundamental para desvendarmos todo o tensionamento em torno das melhorias e transformações na estrutura e operação portuária, que resultaram nas reformas levadas a cabo por Rodrigues Alves e que acarretaram profundos impactos urbanos para toda a cidade do Rio de Janeiro. Começamos por localizar e identificar os principais negociantes que atuavam no porto do Rio de Janeiro do século XIX, o trapiche é o equipamento que pautará nossas buscas, por sua importância estratégica para as firmas desses agentes e para a própria operação portuária.

BRI 7.3

De “capitães” a “capitalistas”: tradição, transformação e modernidade nas práticas mercantis da capital da província de Minas Gerais. (c.1820-c.1870)

Leandro Braga de Andrade; Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Os processos de modernização das relações comerciais e transformação das práticas de mercado, no passo do desenvolvimento do capitalismo, ocorreram de forma lenta e variada no território do Brasil. Confundem-se com a complicada busca de estabilização política e institucional do próprio Estado Nacional, diante de uma configuração bastante heterogênea de interesses. Com um ritmo próprio, a precária economia urbana da cidade Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, acompanhava tais transformações, mantendo-se com uma relação muito próxima com centro mercantil do Rio de Janeiro e como porta de entrada para as inovações de investimentos e práticas na província. Estas inovações se manifestaram na alteração do perfil dos controladores do crédito local, no investimento em novos ativos financeiros e a inserção da nova elite “capitalista” em instituições bancárias.

BRI 8.1

Conflito entre a seção fabril e seção comercial dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na década de 1870

Cezar Teixeira Honorato, Jussara França de Azevedo; UFF, UERJ

Resumo: Este artigo tem por finalidade demarcar o conflito dentro da SAIN a fim de caracterizar a saída da seção fabril da entidade e o início da luta pela

organização do grupo fabril no Império. Com esta intencionalidade dividirei este artigo em duas partes. A princípio apontarei as mudanças ocorridas na década de 1870 na cidade do Rio de Janeiro. Em segundo lugar demonstrarei o conflito existente no órgão e a saída da seção fabril favorecendo assim o início da luta pela organização de um grupo da indústria fabril no Império.

BRI 8.2

Família e economia: um paralelo entre o Brasil pré-industrial e a Grécia antiga

Bernardo Silva de Carvalho Ribeiro, Mario Marcos Sampaio Rodarte; Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O principal objetivo do presente estudo é realizar um paralelo entre o Brasil Pré-Industrial e a Grécia Antiga no que tange às interações entre família e economia. A hipótese que se trabalha é a de que, apesar de contextos bem distintos, havia grande similaridade entre as relações econômicas e das famílias nos dois períodos, talvez em decorrência da ascendência cultural greco-romana sobre o modo de ser e viver oitocentista. Para tanto, analisa-se, no caso do Brasil, os tipos de famílias extraídos do censo da década de 1830, em Minas Gerais (que é considerada a maior relação nominal no Brasil) e para a Grécia, inúmeras fontes qualitativas, trabalhadas sob o prisma da abordagem de família defendida como unidade multifuncional, que, basicamente, é a adotada para o estudo de caso brasileiro.

BRI 8.3

Os dois censos da Corte – 1870/1872: população e economia no principal centro do Brasil Oitocentista

Matheus Soares de Mendonça, Paula Martins Mello, Mario Marcos Sampaio Rodarte; Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O objetivo desse trabalho é analisar o município da Corte através dos dois levantamentos demográficos realizados na década de 1870: o primeiro ocorreu em 1870, que ficou conhecido como o Censo da Corte e o outro, dois anos depois, o de 1872, que teve abrangência nacional. Como os dois censos podiam ser desagregados por paróquias, foi possível realizar comparações internas. Pretendeu-se, então, descrever a população e dinâmica de ocupação dos diversos segmentos espaciais da Corte e, ao mesmo tempo, refletir sobre a qualidade e a produção dos recenseamentos.

MÓDULO: BRASIL REPÚBLICA

BRR 1.1

A economia extrativa da borracha no Amazonas – breve relato de um dos seus insucessos (1910-1912)

Orange Matos Feitosa; Universidade de São Paulo

Resumo: A proposta deste texto é compreender a partir da leitura dos resultados do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola realizado em Manaus em fevereiro de 1910, publicados no jornal da comunidade peruana La Union, que objetivava debater especificamente a produção da borracha e propor soluções para iminente crise, o porquê dos congressistas não levarem a efeito suas propostas. O Congresso organizado pela Associação Comercial do Amazonas contou com a participação dos Superintendentes regionais, seringalistas, agricultores, comerciantes e delegados dos Estados do Pará, Acre e Mato Grosso e dos países vizinhos Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela que debateram durante uma semana e gerou propostas de acordo com os três grupos debatedores.

BRR 1.2

Estrada de ferro, desenvolvimento regional e relações de poder: o caso do Espírito Santo na Primeira República

Leandro do Carmo Quintão; Instituto Federal do Espírito Santo

Resumo: O presente artigo pretende compreender qual o papel das ferrovias construídas no estado do Espírito Santo, durante a Primeira República, para o fortalecimento da capital, Vitória, e de seu porto, em relação aos demais terminais portuários do estado. Será apresentada uma contextualização nacional e internacional sobre o papel das vias férreas, sua relação com o café e sua inserção dentro de um projeto de desenvolvimento regional. Contribuirão para essa análise conceitos retirados da geografia política.

BRR 1.3

Breve ensaio sobre economia ervateira através dos transportes

José Antonio Fernandes; Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina

Resumo: O objetivo do texto é fazer uma breve análise dos meios de transporte envolvendo a erva-mate em Mato Grosso, desde o fim do século XIX até meados do século XX, buscando encontrar alguns avanços tecnológicos em estradas e portos, nos modos de transporte e nos veículos utilizados. A partir de Mato Grosso, tentarei fazer uma reflexão comparativa com outros estados produtores,

especialmente Paraná e Santa Catarina, com os quais trabalhei em artigo recente sobre relações de trabalho no mundo ervateiro brasileiro. O ensaio é elaborado a partir de análise documental e bibliográfica, partindo do que desenvolvi em minha pesquisa de mestrado, procurando mostrar ainda algumas outras questões relacionadas à produção e exportação de erva-mate, como, por exemplo, a situação do mercado argentino, principal destino do produto brasileiro até a década de 1960. Das fontes as quais analiso, destaco especialmente a documentação relacionada à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), à Companhia Mate Laranjeira e ao Instituto Nacional do Mate (INM).

BRR 1.4

Para aquém e além da fronteira: algumas considerações sobre a economia sul mineira nas últimas décadas do XIX e começo do século XX

Marcel Pereira da Silva; UNIFAL-Varginha/MG

Resumo: Este trabalho apresenta algumas considerações sobre a economia sul mineira no último quartel do XIX e primeira década do XX, por meio da indicação e dados de almanaques, anuários estatísticos e artigos da Revista do Arquivo Público Mineiro editados no período. O momento estudado, segundo a nossa hipótese, coincidiu com o fato de que os itens tradicionalmente produzidos na região (fumo, toucinho, gado) atingiram grande relevância, mas também começavam a perder espaço para o cultivo do café. Este, de forma gradual, entrou na pauta exportadora sul mineira sem, no entanto, significar o desaparecimento das demais culturas. Porém, o limite final, 1910, registrava tendência rumo a uma predominância cafeeira, mas que não ocorreu no período estudado. Ou seja, a região foi um caso particular, embora não único, em que a médio prazo os artigos voltados ao abastecimento interno e aquele com vistas à exportação (café) conviveram simultaneamente.

BRR 1.5

A indústria de transformação no Sul de Minas Gerais, 1907-1937

Michel Deliberati Marson, Marcela Busnello; UNIFAL-Varginha/MG

Resumo: O objetivo do artigo é estudar a indústria de transformação em Minas Gerais em seus aspectos regionais e históricos, tendo como foco a região do Sul de Minas Gerais entre 1907 e 1937. O trabalho analisará a evolução da indústria de transformação em um período de formação industrial na região. O artigo trata de uma parte da indústria geralmente pouco estudada pela literatura para entender sua evolução no contexto regional, identificando sua importância para a economia local. A explicação para a incipiente indústria no Sul de Minas Gerais no início do século XX pode ser resgatada da determinação econômica

da região no século XIX, ligada a uma economia para o atendimento de um mercado local ou regional.

BRR 2.1

Cafecultura e produção mercantil de abastecimento interno - Franca-SP (1890-1920)

Lélio Luiz de Oliveira; Universidade de São Paulo

Resumo: Análise da transição e da convivência da economia mercantil de abastecimento interno para economia primário exportadora, no município de Franca (SP), no período de 1890 a 1930, a partir dos impactos da dinâmica da cafeeira, da continuidade dos investimentos na produção de abastecimento interno e da verificação dos níveis e perfis de riqueza dos proprietários (especialmente rurais).

BRR 2.2

O complexo cafeeiro paulista: comércio de café e gado pela Cia. Mogiana E.F. (1900-1920)

Rodrigo Fontanari, Alexandre Macchione Saes, Paulo Roberto de Oliveira; Universidade de São Paulo

Resumo: O artigo pretende contrapor a trajetória de comercialização de um dos produtos típicos de "abastecimento" do mercado paulista, o gado, à evolução da economia cafeeira. Nossa hipótese é a de que, nos interstícios da economia cafeeira foi possível gerar uma forte economia voltada ao mercado interno que, nos momentos de crise da economia cafeeira, podia se aproveitar do espaço aberto pelo café para expandir seus ganhos. Para a análise dessa relação entre produção exportadora e produção de abastecimento nos valemos dos dados da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro, ferrovia que não somente cortou uma importante região cafeeira, como também integrou áreas tradicionais de criação e comercialização de gado, respectivamente o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas.

BRR 2.3

Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870 - 1940

Fernando Antonio Abrabão; Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Ao longo de sua história o município de Campinas atraiu profissionais especializados, colonos e trabalhadores urbanos nacionais e estrangeiros, devido à riqueza econômica gerada pela cultura canavieira e, anos depois e bem mais robusta, pela cultura cafeeira. Há diversos registros dessas presenças pessoais no

cotidiano local, desde a segunda metade do século XIX. Novos contingentes de agricultores, operários, comerciantes e especialistas foram se juntando aos agricultores, trabalhadores, comerciantes, artesãos e profissionais liberais há mais tempo no município. E eles foram agentes não apenas da diversificação do mercado de trabalho, mas também da produção e do consumo. A proposta geral desta pesquisa é investigar detalhadamente a composição da riqueza e as evidências de mobilidade social da população do município de Campinas no período de 1870-1940.

BRR 2.4

Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do Século XX

Renato Perim Colistete; Universidade de São Paulo

Resumo: Este artigo analisa a especialização da produção agrícola nas regiões e nas propriedades rurais do estado de São Paulo no início do século XX, após décadas de transformações causadas pela difusão da lavoura do café. O trabalho utiliza dados de mais de 40 mil propriedades rurais para examinar a estrutura de produção e a especialização produtiva em onze regiões que cobrem a totalidade do território do estado de São Paulo no auge da economia cafeeira. Além das regiões, o artigo aborda como as propriedades rurais distribuíram seus recursos produtivos entre produto de exportação (café) e produtos destinados ao consumo interno. A análise traz à luz novas evidências, corroborando parte da literatura, mas divergindo de outras ideias estabelecidas na historiografia. No início do século XX, virtualmente todas as regiões de São Paulo produziam café, mas quase todas elas se especializaram em mais de um produto agrícola, com a exceção da região da Mogiana. Além das grandes propriedades ressaltadas na literatura, as pequenas propriedades foram atraídas e se especializaram na produção do café. Por sua vez, as grandes propriedades não só se especializaram na produção de alimentos (além do café), mas dominaram a oferta dos principais produtos destinados ao mercado doméstico.

BRR 3.1

“O mal dos banguês”: A concorrência pelo mercado interno na Primeira República

Roberta Barros Meira; Universidade de São Paulo

Resumo: Durante a Primeira República percebe-se que a preocupação em modernizar a indústria açucareira brasileira somara-se à crítica contundente da permanência no cenário nacional do engenho banguê. Repeliam particularmente a sua quantidade, a má qualidade do seu açúcar, o seu baixo rendimento

industrial, ou seja, o incluíram no rol dos grandes males da indústria sacarina do Brasil. Esse artigo propõe-se a discutir a relação que se forjou neste momento entre as grandes usinas e estes pequenos engenhos, partindo do argumento de que os diversos reclamos encontrados na documentação ainda estariam relacionados à necessidade de dispor de fornecedores de cana para a usina e diminuir a concorrência do açúcar de usina no mercado interno.

BRR 3.2

Centralização política e intervencionismo: o novo sentido da ação estatal institucionalizado em 1934

Jorge Armino Aguiar Varaschin; Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O presente trabalho apresenta-se como um esforço de interpretação do novo sentido da ação estatal institucionalizado na Constituição de 1934, primeira carta constitucional elaborada no pós-“Revolução” de 1930, período em que se desmancha o bloco de poder hegemônico durante a Primeira República. Sendo assim, através da análise das contradições específicas do momento histórico, busca-se compreender as descontinuidades apresentadas pela nova conjuntura, na medida em que a forma assumida pelo Estado nacional estabelece um processo de centralização política e de construção de instrumentos jurídico-institucionais para o intervencionismo econômico, marcando uma nítida diferença com o liberalismo da Constituição de 1891.

BRR 3.3

Padrões de Lucratividade e Eficiência Tecnológica na Indústria Brasileira dos anos 1920

Guilherme de Oliveira; Universidade de São Paulo

Resumo: No presente ensaio procuramos testar empiricamente a interpretação de que as indústrias brasileiras intensivas em capital dos anos 1920 apresentavam menores taxas de lucro, ou em outras palavras, o processo fabril, com intensidade tecnológica, não era economicamente superior às demais formas de organização industrial. Tais questões permeiam a literatura acadêmica na historiografia brasileira sobre a Industrialização no período de 1920 e 1930, confrontando a interpretação acima de Dean (1969), com a de Furtado (1959) que advogava pela correlação entre os momentos de expansão da indústria com uma deterioração da capacidade para importar da economia. Compreender se a interpretação de Dean (1969) parece correta pode trazer importantes contribuições para se entender a industrialização de um período ainda pouco estudado. Para tal teste empírico empregamos a análise quantitativa através da utilização de regressões quantílicas. Demonstramos que as indústrias intensivas

em capital eram tecnologicamente menos eficientes, apresentando em cada quantil da distribuição condicional menores taxas de lucro. Nesse sentido, parece ser razoável supor, que nos anos 1920, não houve uma aceleração da taxa de acumulação de capital nas Indústrias Brasileiras.

BRR 3.4

Estrutura e Funcionamento do Serviço de Defesa do Café no Espírito Santo entre 1927 e 1930

Rogério Naques Faleiros, Ivanil Nunes; Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Dada a centralidade das fontes de financiamento, das ferrovias e dos armazéns reguladores na política de valorização dos preços do café, nosso objetivo é descrever a especificidade da estrutura e do funcionamento do Serviço de Defesa do Café no estado do Espírito Santo, estabelecido em 1927, entendendo que o grupo de interesses ligado ao setor cafeeiro neste estado assumiu papel coadjuvante e reflexo no conjunto dos chamados estados produtores num momento especial da história da cafeicultura no Brasil, qual seja, a defesa permanente na década de 1920, capitaneada pelo estado de São Paulo a partir de dezembro de 1924. Utilizamos como fonte documental as Mensagens dos Presidentes de alguns Estados produtores e o Anuário Estatístico de 1948, publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

BRR 3.5

O empresário português no Rio de Janeiro: a construção de um estatuto social e econômico nas primeiras décadas do séc. XX

Alda Mourão; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra; Instituto Politécnico de Leiria

Resumo: O estudo propõe-se analisar a forma como os imigrantes portugueses atuaram para se tornarem parte integrante da sociedade brasileira no geral, e do Rio de Janeiro em particular, nas primeiras décadas do século XX. Para tal, foi dado o lugar central a um grupo específico, que intervinha diretamente na vida econômica da então capital do Brasil: os empresários. A investigação que tem vindo a ser realizada procurou cruzar fontes de informação provenientes do acervo duma associação empresarial portuguesa, a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, de publicações de autores portugueses, realizadas no Rio de Janeiro, para além de textos e imagens oficiais, produzidos quer em Portugal, quer no Brasil, entre 1911 e 1929. Recorremos à obra "monumental" produzida para "representar na Exposição Ibero-americana de Sevilha, em 1929, a ação e a importância dos portugueses que vivem no Brasil", como reza a abertura do Álbum da Colônia Portuguesa do Brasil. Utilizamos, ainda, discursos

presidenciais e publicações periódicas, compreendidos dentro do período cronológico. Na realidade, procurou-se produzir conhecimento com base em elementos que jaziam separados.

BRR 4.1

A Sustentabilidade do Endividamento Externo Brasileiro no Período 1963-72: uma análise empírica

Eduardo Figueiredo Bastian; Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o grau de vulnerabilidade externa a que estava sujeita a economia brasileira no momento em que se iniciou o governo presidencialista de João Goulart (1963-64). Para tanto, utiliza-se um modelo simples que permite avaliar o grau de solvência externa de um país ao longo do tempo a partir de projeções para o indicador Passivo Externo Líquido sobre Exportações de Bens e Serviços. As projeções para o período 1963-72 sinalizam que o país estava em uma situação de vulnerabilidade externa naquele momento, mas que esta condição poderia ser contornada através de uma taxa adequada de crescimento das exportações de bens e serviços. Os resultados foram contrastados com o comportamento efetivo da economia brasileira no período 1963-72, podendo-se perceber que, de fato, o forte crescimento das exportações de bens e serviços neste período reduziu o grau de vulnerabilidade externa do país.

BRR 4.2

Instrução 113 da SUMOC e a Internacionalização do Capitalismo Brasileiro

Fábio Antonio de Campos; Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Tendo como referência os padrões de desenvolvimento capitalista brasileiro nos anos 1950, nosso objetivo será mostrar o regime disciplinar ao investimento direto estrangeiro (IDE) que originou a Instrução 113 da SUMOC. O eixo analítico se alicerça pelas principais linhas de continuidade e inflexão intrínsecas à lógica interna dos instrumentos regulatórios ao capital internacional nessa fase. Tal pesquisa foi resultado da investigação de leis, decretos-lei, decretos e medidas cambiais em geral que constituem o marco institucional do período. Nossa conclusão foi que embora existam continuidades entre Kubistchek e Vargas no que diz respeito às condições para importação de bens de capital sem cobertura cambial na forma de IDE, os critérios de seleção e essencialidade marcam uma ruptura fundamental nas distintas formas de associação com o capital internacional entre os dois governos.

BRR 4.3

Um golpe de sorte? A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964)

Felipe Pereira Loureiro; Universidade de São Paulo

Resumo: O artigo analisa o processo de aprovação da lei de limitação de remessa de lucros pelo Congresso Nacional durante o governo Goulart (1961-1964), tendo como foco as reações e as opiniões de empresários nacionais e estrangeiros. Argumenta-se que o entendimento das razões por de trás da aprovação da lei passa por dois aspectos pouco abordados pela literatura: primeiro, o papel das pressões exercidas por setores empresariais “nacionalistas” sobre os parlamentares; e, em segundo, as articulações do presidente Goulart para retomar plenas prerrogativas presidenciais. Acredita-se que as conclusões são relevantes na medida em que trazem novas evidências acerca do papel do empresariado para a aprovação de uma das leis mais importantes da administração Goulart, mas também para matizar visões idealizadas sobre a defesa feita pelo presidente Goulart das chamadas reformas de base.

BRR 4.4

O financiamento externo brasileiro no período JK e suas relações com os Estados Unidos e o FMI

Victor Augusto Ferraz Young; Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Com fim da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se no mundo uma nova conformação política e econômica derivada dos resultados do conflito. De um lado, constituiu-se o bloco socialista sob a liderança soviética, ao qual, em 1949, se juntaria a China, de outro lado, formou-se o bloco dos países capitalistas liderados pelos Estados Unidos que saíra da guerra como a maior potência econômica e militar do globo. O mundo capitalista, a partir daí, reestruturou-se, restaurando as forças produtivas industriais das anteriores economias mais desenvolvidas. Receberam estas, para que se mantivessem como nações capitalistas, o auxílio dos Estados Unidos, através do Plano Marshall para Europa e de volumosa ajuda econômica para o Japão. Reconfigurou-se, então, um novo sistema de acumulação baseado, a princípio, na esfera industrial sob moldes mais concentrados e expandidos internacionalmente por meio da constituição das empresas multinacionais. Estava conformada, portanto, uma nova estrutura de competição por mercados tanto nos países do centro mais desenvolvido, quanto na periferia. Países subdesenvolvidos como o Brasil, buscavam, ao mesmo tempo, inserirem-se de maneira menos subalterna ao renovado sistema capitalista, concatenando esforços para constituir forças produtivas industriais que permitissem melhor posição na divisão internacional

do trabalho. O Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) era a tentativa que se faria para a complementação desse projeto. A dependência em relação aos produtos primários de exportação, principalmente o café, seria o limitante que obrigaria o país a melhor barganhar opções para essa inserção, pois havia necessidade de capital e tecnologia não disponíveis localmente. Muitos dos investimentos necessários foram conseguidos junto à Europa e ao Japão, mas a ajuda econômica dos Estados Unidos era ainda imprescindível. O propósito deste trabalho é exatamente o de analisar os pleitos brasileiros e as exigências que enfrentaria caso quisesse obtê-los. A resposta e os interesses norte-americanos nas suas relações com o Brasil não eram exatamente aqueles que estavam dentro das expectativas brasileiras de desenvolvimento econômico.

BRR 5.1

A Indústria de Bens de Capital e a Evolução das Exportações no Brasil entre 1974/1989

Uallace Moreira Lima, Pedro Paulo Zahltuh Bastos; Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Narrativas liberais afirmam que o suposto modelo de proteção do mercado interno para substituir importações teria levado as empresas brasileiras a um desenvolvimento tecnológico precário e à incapacidade de exportar produtos manufaturados em larga escala. Este artigo seleciona o ramo tipicamente mais intensivo em tecnologia, o de bens de capital, e procura analisar a dinâmica das exportações para avaliar a interpretação liberal no período 1974-1989. O artigo mostra que, na década de 1970, havia uma expansão simultânea do mercado interno e das exportações de bens de capital, que foi interrompida pela crise macroeconômica da década de 1980, e seu impacto crítico sobre a competitividade do ramo pela retração de investimentos, ganhos de escala e produtividade.

BRR 5.2

O Governo Castello Branco e o empresariado industrial paulista: as bases do “milagre”

Rafael Moraes; Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O presente trabalho aborda as políticas econômicas do primeiro governo militar, de Humberto de Alencar Castello Branco, sob o ponto de vista do empresariado industrial paulista. Seu objetivo consiste em averiguar o papel desta classe na consolidação deste governo, bem como em seu relativo êxito em conter a crise pela qual passava a economia do país, possibilitando a retomada do desenvolvimento no período seguinte. Por meio desta análise foi possível

constatar a fundamental importância do apoio empresarial, especialmente no que tange aos resultados obtidos pelo programa de contenção inflacionária, o PAEG.

BRR 5.3

A política econômica brasileira do II PND ao Neoliberalismo (1974-1998), com especial atenção às empresas estatais

Carlos Henrique Lopes Rodrigues; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Resumo: Durante o II PND no período desenvolvimentista, as empresas estatais tinham um papel estratégico sob a orientação do Estado, uma vez que investiam em setores demandantes de significativos recursos em infraestrutura, com projetos de investimentos de lenta maturação e com retornos alongados no tempo, às vezes pouco atrativos ao setor privado. Contudo, o financiamento durante esse período deu-se por meio do endividamento externo, que após a brusca elevação da taxa de juros dos Estados Unidos vai redundar na crise da dívida externa. Com isso, as empresas estatais durante a transição dos anos 1970 à próxima década foram forçadas a absorver o endividamento externo muito mais para fechar o balanço de pagamentos para o governo a dar continuidade aos projetos industriais definidos no II PND. As empresas estatais também foram utilizadas nos anos 1980 para conter a instabilidade monetária, repassando preços e tarifas muito abaixo da inflação, o que levaria a uma diminuição de sua capacidade de autofinanciamento. Ademais, tal política funcionou como um subsídio indireto aos grandes setores exportadores privados que auxiliariam nas exigências de transferência dos recursos líquidos reais ao exterior pelo país perante o padrão de reciclagem da dívida externa proposto pelo FMI. Na década de 1990, as empresas estatais passaram por um significativo processo de privatização, visto que os grandes grupos privados tinham interesse nessas empresas. Em face de tal contexto, nosso objetivo será analisar o papel das empresas estatais em relação às políticas econômicas, ressaltando o enfraquecimento da economia nacional ante a precarização e privatização delas.

BRR 5.4

Desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)

Pedro Paulo Zabluth Bastos; Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O artigo tem por objetivo entender os motivos da crise cambial brasileira iniciada em 1952, assim como alguns de seus efeitos. Para isso, a bibliografia sobre o tema é rediscutida, sendo também apresentados documentos

oficiais, discursos, e dados para apoiar o argumento básico de que problemas econômicos estruturais, e a realização de um programa desenvolvimentista amplo em meio a uma conjuntura externa desfavorável, são mais importantes para explicar a crise cambial do que uma presumida prioridade anti-inflacionária do governo Vargas.

BRR 6.1

Títulos da Dívida Pública de Juiz de Fora: teoria e prática do mercado financeiro

Felipe Marinho Duarte; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O trabalho se insere no debate sobre a formação da sociedade de mercado, cujas reflexões estão direcionadas ao estudo das origens da sociedade urbana no Brasil e da formação de praças comerciais em cidades localizadas em regiões interioranas do país. Tomaremos como objeto de estudo o município de Juiz de Fora, onde foi possível perceber um processo de retenção e reaplicação de recursos financeiros que favoreceram o desenvolvimento econômico local. O crescimento urbano gerou inúmeras oportunidades de investimentos capitalistas, entre eles destacamos os Títulos da Dívida Pública municipal por ser um mecanismo coordenado pela administração pública local que auxiliou na transferência de capitais entre o setor agrário (tradicional) para o setor urbano-industrial (moderno).

BRR 6.2

Atrofia do crédito e desenvolvimento: Hipotecas e as Caixas Econômicas entre a Grande Depressão e a crise dos anos 1960

Renato Leite Marcondes; Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto/SP

Resumo: A literatura historiográfica mais recentemente apontou o desenvolvimento relativo do crédito até a década de 1930. A partir da crise de 1929 o governo federal promoveu uma série de intervenções financeiras importantes, que aumentou a participação pública no setor. Os bancos já foram mais estudados pela literatura, até mesmo o Banco do Brasil e o BNDE. O nosso artigo estuda o crédito hipotecário que ainda foi pouco destacado e uma instituição também não muito referida em grande parcela das discussões: as Caixas Econômicas. Procuramos acompanhar as mudanças institucionais e suas consequências para o mercado financeiro, especialmente de dívida interna e hipotecas. De outro lado, destacamos as Caixas como um agente importante do mercado imobiliário urbano nessa época, mediante o crédito hipotecário. Antes das reformas monetárias e financeiras do PAEG, o crescimento inflacionário dificultou o funcionamento do mercado de crédito, não apenas bancário.

BRR 6.3

Institutions and economic growth: an analysis of the Brazilian economy during the import-substitution period

Sérgio Marley Modesto Monteiro; Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Ao longo do século XX, o Brasil passou por um processo de mudança econômica que alterou sua estrutura primário-exportadora. A partir de 1930, com o processo de substituição de importações, a ideia de desenvolvimento ficou associada com industrialização. O objetivo deste artigo é avaliar o papel das instituições no desenvolvimento econômico brasileiro durante o período de substituição de importações, com ênfase nos impactos das instituições sobre a produtividade total dos fatores. Foram construídos índices para medir os aspectos institucionais relacionados com as políticas comercial, tributária e financeira, e com o tamanho do governo, e foi utilizado um modelo econométrico para estimar a influência dessas variáveis institucionais sobre a produtividade. Os resultados mostram que a principal fonte de crescimento econômico no período foi a acumulação de capital, mas o crescimento da produtividade também foi relevante. De acordo com o modelo, a produtividade foi afetada pelo tamanho do governo e pelas políticas financeira e tributária.

BRR 6.4

Early Financial Crises in an Infant Republic: An Empirical Analysis of the Encilhamento in Brazil (1889-1906)

Claudio D. Shikida, Gustavo S. Cortes; IBMEC/MG, University of Illinois

Resumo: The end of the nineteenth century is a remarkable period in Brazilian economic history. In 1889, Brazil had just turned from Empire to a Republic when a monetary and financial crisis known as Encilhamento took place. The infant Brazilian republic had neither experience nor adequate institutions in dealing with such phenomena. This paper analyses the difficulties faced by the early republican government using two different methods to date the crisis. The exchange rate reflects domestic and foreign shocks faced by the Brazilian economy and is one of the most reliable macroeconomic series for the period. We empirically estimate the breaks in the exchange rate monthly series from 1889 to 1906 to identify each period of the crisis. We conclude that there were up to six structural breaks in the exchange rate of the period. We suggest, from our tests, that economic events were responsible for most of the changes, although institutional and political events also contributed to explain several breaks in the period.

BRR 7.1

Questão agrária e modernização da agropecuária brasileira entre 1964 e 1984: fatos e atores da derrota da reforma agrária

Pedro Ramos; Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O texto disserta sobre a persistência da Questão Agrária no Brasil durante o período dos governos militares, relacionando isto com a modernização das atividades agropecuárias. O objetivo é mostrar que, apesar de terem mantido o compromisso assumido internacionalmente e de terem às suas disposições os instrumentos legais e a relativa autonomia conseguida com o endurecimento do regime, aqueles governos não realizaram a Reforma Agrária e optaram por concentrar recursos e ações na intensificação da "industrialização" da agropecuária nacional, o que foi feito no contexto de uma profunda alteração da conjuntura econômica, tanto internacional quanto nacional, que passou do "milagre econômico" para a crise do início da década de 1980. São mencionados os principais personagens ("públicos") que estiveram relacionados aos fatos relatados.

BRR 7.2

Segurança e desenvolvimento: ciência e tecnologia nas estratégias e interesses dos governos militares

Ailton Laurentino Caris Fagundes; Universidade de São Paulo

Resumo: A maior parte da estrutura do sistema nacional de ciência e tecnologia foi planejada e montada durante o regime militar. Nesse período houve um desenvolvimento forçado, capitaneado e impulsionado pelo Estado, que tanto poderia não ter acontecido como poderia ter se realizado em outros termos. As políticas que visavam esse fim ora receberam grande apoio governamental ora foram simplesmente ignoradas. Esse trabalho busca alguns elementos, entre ideias, estratégias e interesses, que levaram os militares brasileiros a direcionar em rumos diversos as políticas de ciência e tecnologia durante esse período. Importa, portanto, saber o que motivou os militares a enxergar essa área como importante num momento em que essa importância não era tão evidente.

BRR 7.3

A modernização conservadora no sertão pernambucano durante o regime militar- um estudo de caso: o programa POLONORDESTE

Alexandre Black de Albuquerque; UFPE

Resumo: A mesorregião do Sertão de Pernambuco, pouco desenvolvida e sofrendo periodicamente os efeitos da estiagem, tornou-se um dos alvos

principais dos programas de desenvolvimento rural do governo militar que se instalou no país com o golpe de estado de 1964. A política de desenvolvimento dos militares se tornou paradigma da chamada “modernização conservadora”, que consistia, basicamente, em modernizar o processo produtivo sem contestar o status quo. Dentre as ações empreendidas, no período, destaca-se o Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil – Polonordeste, que se tornou um dos mais importantes programas de modernização da agricultura sertaneja, logo, seu estudo nos permite produzir um painel do “modelo” militar e suas consequências na sociedade e economia local.

BRR 7.4

Breve histórico das tabelas de insumo-produto no Brasil

Rodrigo Emmanuel Santana Borges, Tiago Camarinha Lopes; Universidad Complutense de Madrid, Universidade Federal de Uberlândia/MG

Resumo: O presente artigo busca levantar as origens da construção sistemática de matrizes de insumo-produto no Brasil, retomando antecedentes que culminam no início da produção pelo IBGE a partir 1975 da série para o país. É argumentado que a elaboração das matrizes brasileiras não surge repentinamente em um ponto do tempo, mas sim que decorre de um processo histórico longo de acumulação e organização dos dados econômicos brasileiros que começou durante os momentos que antecedem a implementação do Plano de Metas na década de 1950, quando as técnicas de análise de conjuntura econômica, de projeção e de reconhecimento de pontos de estrangulamento entraram no país.

BRR 8.1

A participação do empresariado no processo de construção de políticas sociais no Brasil: uma análise da trajetória de João Daudt d’Oliveira como representante do empresariado nacional (1930-1945)

Priscila Musquim Alcântara Oliveira; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças na relação do empresariado brasileiro com as políticas sociais no país no período do primeiro governo Vargas e após o fim do Estado Novo. A forma escolhida para empreender a esta pesquisa foi a análise da trajetória de João Daudt d’Oliveira, uma liderança empresarial expressiva que além de representante dos empresários, em especial, no processo de idealização de organismos de assistência social, também manteve laços de amizade com Getúlio Vargas, atuando na articulação do movimento que conduziu Vargas ao poder, em 1930. Este trabalho tem como base a pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

BRR 8.2

Mercado de trabalho paulista: participação feminina nos setores secundário e terciário entre os anos 1940 e 1960

Luciana Portilho da Silva; Fundação do Desenvolvimento Administrativo

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a participação da mulher no mercado de trabalho paulista entre os anos 1940 e 1960, analisando tanto a presença feminina, como também suas profissões e cargos, ou seja, sua inserção no processo de desenvolvimento econômico que o estado de São Paulo seguia. Para tanto, serão apresentados conceitos e características femininas no mundo do trabalho, sendo em seguida, apresentada uma análise sobre os setores secundário e terciário da economia paulista. Como fonte de dados serão utilizados os Censos Demográficos do estado de São Paulo dos anos 1940, 1950 e 1960, por estes trazerem os dados mais completos para a análise que se pretende fazer do período estudado.

BRR 8.3

Relação entre a posição da indústria e recursos ao judiciário trabalhista por têxteis e metalúrgicos entre as décadas de 40 e 60

Valéria Marques Lobo; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O artigo analisa o uso da Justiça do Trabalho por têxteis e metalúrgicos, entre os anos 1940 e 1960, a partir dos processos impetrados por trabalhadores das duas categorias à Junta de Conciliação e Julgamento (Vara do Trabalho) de Juiz de Fora. Nesse período, a transição para a indústria pesada tem impacto sobre a configuração da estrutura ocupacional da sociedade brasileira e sobre o mercado de trabalho de Juiz de Fora, bem como sobre a composição das categorias profissionais analisadas, o que tende, supostamente, a afetar o comportamento dos atores, repercutindo na formulação de demandas e, por conseguinte, na relação que estabelecem com o judiciário trabalhista.

BRR 8.4

Notas sobre o planejamento no Tempo Jango

Fania Fridman; UFRJ

Resumo: Este trabalho é um estudo, não concluído, sobre o planejamento urbano e regional durante o governo João Goulart. No estágio em que se encontra, apresenta-se como um roteiro ou uma agenda de pesquisa onde enumero um conjunto de observações acerca das propostas apresentadas no curto termo da presidência janguista. Ao recolocar o debate acerca do processo de planejamento nacional naquele período, meu intuito é contextualizá-lo e revelar algumas de suas referências e mostrar como tal perspectiva se consolidou.

BRR 9.1

A reforma do ensino no Estado de São Paulo: conflitos e disputas (1891-1892)

Lidiany Cristina de Oliveira Godoi; Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Desde meados do Império, a educação escolarizada torna-se objeto de debates, artigos na imprensa e conferências diversas, assumindo, em grande medida, certo valor social. É nesse contexto que se inscreve a Primeira Reforma da Instrução Pública Paulista (1892-1896). Projeto auspicioso à época, instituiu grandes inovações como o ensino graduado, seriado e simultâneo. A visão corrente na historiografia da educação, ao associar o desenvolvimento econômico de São Paulo à expansão do ensino sem maiores problematizações, tem sido a de que a reforma da instrução pública resultou de um projeto consensual que não correspondia à realidade brasileira. Contrapondo-se a esta visão, este texto analisa os debates ocorridos na Câmara e Senado do Estado de São Paulo entre os anos de 1891 e 1892, evidenciando as diferentes visões de mundo e de educação que fizeram parte do projeto reformador.

BRR 9.2

A cidade de São Paulo e as águas: salubridade, obras públicas e inundações (1850-1922)

Fábio Alexandre dos Santos; Universidade Federal de São Paulo

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o processo de constituição e consolidação das inundações na cidade de São Paulo, no período de 1850, quando ocorre uma inundação no ribeirão do Anhangabaú com prejuízos humanos e materiais, até 1922, quando uma nova inundação provocou danos, mesmo depois de concluídas as obras de retificação do Tamanduateí, com as obras do Parque D. Pedro II em fase de conclusão e o loteamento do seu entorno. A hipótese aqui aventada é que as cheias passaram à condição de inundações *pari passu* com as intervenções do homem sobre o meio que, em sua essência, eram justificados pela busca da civilidade e modernidade, mas que reproduziam e consolidavam o caráter de inundação às cheias.

BRR 9.3

Modernização e turismo na região das Águas Quentes - Goiás, 1970-2010

Hamilton Afonso de Oliveira; Universidade Estadual de Goiás-Morrinhos/GO

Resumo: O presente trabalho pretende fazer uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento do turismo como sendo uma atividade que surgiu com o advento da sociedade industrial capitalista, que acabou criando as pré-

condições para que o turismo se desenvolvesse ao estabelecer a separação entre o tempo de trabalho e tempo de lazer e, distinguir os espaços do trabalho e os espaços reservados ao lazer e entretenimento àqueles que podem viajar e comprar pacotes turísticos. Desta forma, as condições para que o turismo se desenvolvesse além de mudanças na cultura e mentalidade, a viabilização dos meios de transportes, especialmente, o rodoviário e, principalmente, as políticas de modernização da agricultura e pecuária que foram implementadas a partir da década 1960 que associada à construção e transferência da capital federal para Brasília acelerou o processo de urbanização, aumento da capacidade produtiva e a viabilização do desenvolvimento da atividade turística no Estado de Goiás, especialmente, na região das águas quentes.

BRR 9.4

Produção e venda de gêneros numa metrópole. A constituição do cinturão verde da cidade do Rio de Janeiro e seus impasses 1890-1956

Leonardo Soares dos Santos; UFF

Resumo: Até 1950 a zona rural do então o Distrito Federal da República era então conhecida pelo nome de Sertão Carioca e era abarcada pelas antigas freguesias rurais de Campos Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Jacarepaguá e Irajá. Até o final do período imperial, era voltada para a produção de café conhecerá uma grande expansão na produção de gêneros alimentícios, principalmente aqueles voltados para o consumo interno – ou seja, os mais rapidamente perecíveis, como legumes, hortaliças, verduras e frutas. Nesse conjunto destacavam-se a produção de laranja, banana, quiabo, chuchu, alface, agrião, batata, abóbora e pimentão. Contudo, tal produção se verá seriamente comprometida com a expansão do mercado imobiliário urbano, o que provocará intensas disputas por terra nas décadas de 1940 e 1950. Região cuja memória histórica sempre procurou notabilizar figuras de maior relevo social e econômico como antigos barões do café e líderes políticos tradicionais, também foi palco de lutas envolvendo pequenos lavradores sobre a região. Nosso interesse é reconstituir exatamente o período em que tal região ia se constituindo como um cinturão verde nas primeiras décadas do século XX.

MÓDULO: HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E ECONOMIA INTERNACIONAL

HEG 1.1

An interpretation of globalization in historical perspective: preconditions, periodization and dimensions

Alexandre Ottoni Teatini Salles; Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: This article aims to analyse preconditions, periodization and dimensions of globalization in historical perspective. Many scholars have discussed the causes and consequences of it based on what has taken place in the last few decades, normally starting in the late 1970s. Nevertheless, the phenomenon has precedents in history, which means, it is not an exclusive occurrence of the capitalism of the late 20th century. Considerable literature has flourished suggesting that the occurrence of greater global connectivity involving many areas of human activity and social interaction has occurred at times in history since a century (or even centuries) ago. The article concluded that the beginning of the first historical occurrences of globalization occurred much earlier than this century, and emphasises the importance of certain aspects of it outside economics.

HEG 1.2

A recente economia internacional: a lógica dos processos de financeirização sob o ideário pós-moderno

Fernando Leitão Rocha Junior; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Resumo: Fato já constatado por muitos analistas, a hipertrofia da esfera financeira no Capitalismo recente bem como o crescimento substantivo das Dívidas Públicas dos Estados em nada muda o mecanismo estrutural do Modo de Produção Capitalista, isto é, a valorização do valor via a extração de mais valia. A ilusão, o encantamento de criação de valor e mais valia na órbita financeira via Capital portador de juros e capital fictício subvertendo a lógica capitalista se traduz em algo pseudoconcreto, numa falácia. Noutras palavras, um descolamento total e efetivo do Capital Portador de Juros da esfera produtiva (Capital Produtivo) se traduz numa ilusão, numa miragem, fruto de tempos Pós-Modernos adensados pela reificação, mistificação e o caráter manipulatório que vivenciamos na fase atual do Capitalismo. Como força “macunaímica” nos ensina a personagem de Mario de Andrade, temos a ilusão e o encantamento de uma “financeirização da Vida”.

HEG 1.3

Transición económica española; de periferia a semiperiferiam 1959-1970

Carlos Miranda Rozas; Pontificia Universidad Católica de Valparaíso/Chile

Resumo: En el siguiente trabajo mostraremos el proceso de transformaciones mediante el cual la economía española transitó desde una situación típicamente periférica, a una condición de economía semiperiférica que producía y exportaba aquellos productos industriales que a los países centrales ya no les era rentable producir, pero que continuaba teniendo una fuerte representación de la agricultura y dependiendo del aprovisionamiento tecnológico y financiero externo, todo lo cual perpetuaba el saldo negativo de su balanza comercial. Veremos también cómo este proceso implicó una serie de reformas en la política económica española, pero también una “renegociación” de su forma de inserción en el mercado mundial, la que pasó principalmente por establecer acuerdos con la Comunidad Económica Europea.

HEG 1.4

As políticas de reformas neoliberais na Argentina e o ciclo de liberalização financeira

Elson Rodrigo de Souza-Santos; Universidade Federal do Paraná

Resumo: Este trabalho possui como foco analisar o ciclo de liberalização financeira argentina no intervalo entre 1977 e 1999. O marco inicial é caracterizado pela promulgação da legislação para modelar a estrutura financeira com base na desrepressão, implicando na liberalização e abertura. O plano foi suspenso devido a crise dos anos 1980 e fechamento dos mercados financeiros internacionais. A discussão voltou à pauta no governo de Carlos Menem (1989-1999), caracterizado pela adoção da plena conversibilidade entre a moeda argentina e dólares (ou currency board), abertura financeira, desnacionalização e concentração bancária, acentuadas a com a crise mexicana 1994-1995. Para a análise do período, o trabalho levanta a hipótese de que as elites políticas, econômicas e sociedade argentina eram simpáticas a liberalização financeira. Incorporada nas ações legais e políticas econômicas do período diante da crença de que seria o melhor caminho para desenvolvimento financeiro.

HEG 1.5

Repensando o Consenso de Washington na América Latina: implicações da adesão de uma “cópia azul”

Mayra Coan Lago; Universidade de São Paulo

Resumo: O artigo tem como objetivo observar como diferentes formas de entender a realidade econômica, a partir do mundo das ideias, podem levar a

diferentes diretrizes em termos de estratégias de desenvolvimento, a partir das políticas públicas aplicadas. Para isso, farei um estudo de caso do Consenso de Washington e algumas de suas implicações para a América Latina, e mais especificamente, para a Argentina, tentando demonstrar o risco da “cópia azul”.

HEG 2.1

Notas sobre a formação da Zona do Euro: 1990 – 2002

*Luiz Eduardo Simões de Souza, Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli;
Universidade Federal de Alagoas, Universidade de São Paulo*

Resumo: Este artigo intenta abordar alguns dos aspectos da formação histórico-econômica da Zona do Euro, desde seus antecedentes mais remotos no século XX, qual seja o sistema de padrão dólar estabelecido em Bretton Woods no Pós-Guerra, passando pela crise do padrão dólar flutuante nos anos 1970 e a abertura dos mercados internacionais e globalização financeira dos anos 1980-1990.

HEG 2.2

Economia e política na China na década de 2010: desafios, reformas e impactos na ordem internacional

Alexandre Queiroz Guimarães; PUC/MG

Resumo: A China construiu um modelo econômico marcado por uma combinação única entre o Estado e a economia. Apesar de despertar interpretações díspares, esse modelo vem produzindo resultados significativos. As taxas de crescimento econômico têm sido altas, permitindo avanços em vários indicadores sociais. Por sua vez, empresas chinesas vêm avançando e ocupando espaço na economia mundial, ao mesmo tempo em que a China fortalece os laços em várias partes do globo. O objetivo do artigo é investigar as direções das mudanças em curso. No campo interno, explora especificidades do modelo e as mudanças propostas a partir de uma revisão crítica feita pelo Partido Comunista em 2007. No campo internacional, explora direções que se seguiram à crise econômica internacional. Desde então, a ascensão chinesa vem sendo rápida, levantando apreensões sobre o grau em que tende a modificar a ordem internacional.

HEG 2.3

Saúde e indústria Farmacêutica: apontamentos para uma análise comparativa entre Brasil, Argentina e Grã Bretanha

Ignacio Godinho Delgado; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: A comunicação analisa as relações recíprocas entre indústria farmacêutica e sistema de saúde, com foco no impacto que as alterações no

ambiente regulatório internacional produziu para os dois a partir da instituição do TRIPS. Foram levantados dados sobre os sistemas de saúde e sobre o setor farmacêutico do Brasil, Argentina e Inglaterra, bem como analisadas as políticas dirigidas à indústria de medicamentos desses países desde a definição das legislações nacionais de adaptação ao TRIPS, ao final do século XX, até 2011. Salienta-se a crescente interpenetração entre políticas de saúde e a política industrial para o setor farmacêutico, com arranjos institucionais, efetividade e objetivos diversos, associados aos padrões de coordenação internos dos sistemas nacionais de saúde e às características e interações verificadas entre os diferentes atores endógenos que operam nesses últimos: governo, burocracia pública, profissionais de saúde, hospitais, segmentos do complexo industrial da saúde, seguros privados, farmácias e usuários.

HEG 2.4

Perfil exportador brasileiro entre 2000 e 2009: o Brasil ante China

*Guilherme Fernandes de Souza, Marco Antônio S. de Almeida; Instituto Vianna Jr,
Faculdade Machado Sobrinho-Juiz de Fora/MG*

Resumo: Esse trabalho tem o objetivo de analisar o perfil das exportações brasileiras entre os anos de 2000 e 2009, no qual o Brasil atingiu valores recordes no comércio internacional. Para tanto utilizaremos o conceito de Vantagem Comparativa Revelada, desenvolvida por Bela Balassa com base no modelo Heckscher – Ohlin. Além disso, comparou-se o perfil brasileiro com os da China.

HEG 2.5

A política econômica e a economia dos Estados Unidos na administração George W. Bush (2001-2008)

Vitor Eduardo Schincariol; Universidade Federal do ABC

Resumo: O objetivo do artigo é analisar os aspectos histórico-econômicos do comportamento agregado e da política econômica na economia dos Estados Unidos nos anos 2000, partindo-se de um método histórico-descritivo de corte pós-keynesiano. Assumindo-se a premissa de que no período o investimento líquido doméstico fixo continuou sua tendência histórica de queda (vista desde os anos (19)80 do século passado), interpretam-se os investimentos no setor militar e o incentivo a um crescimento do setor imobiliário, pela administração W. Bush no período 2001-2008, como opções de políticas expansivas à luz deste panorama de forças desacumulativas.

HEG 3.1

O Desenvolvimentismo em novo estilo na América Latina: Kubitschek e Frondizi

Maria Heloisa Lenz, Pedro Cezar Dutra Fonseca; UFRGS

Resumo: O artigo analisa as políticas econômicas de duas experiências de governos desenvolvimentistas ocorridos no Brasil e na Argentina em um mesmo período histórico do século XX: Kubitschek (Brasil, 1956-61) e Frondizi (Argentina, 1958-62) e discute a aproximação das mesmas ao tipificado na literatura como "populismo econômico". A pesquisa utiliza uma metodologia que recorre aos discursos de ambos os presidentes. Na primeira parte faz-se uma abordagem teórica sobre o significado do desenvolvimentismo como fenômeno latino-americano e na segunda parte analisam-se as principais medidas de políticas monetária, cambial, fiscal e salarial dos seus governos. Na terceira, mostra-se que o começo exitoso de ambos os governantes contrasta com a crise econômica do final dos respectivos períodos presidenciais.

HEG 3.2

Uma análise comparativa da política econômica do Brasil e da Argentina em tempos de crise: 1930-1945

Francisco Luiz Corsi; Universidade Estadual Paulista

Resumo: O presente artigo analisa comparativamente as políticas econômicas adotadas por Brasil e Argentina no contexto da Grande Depressão dos Anos de 1930 e da II Guerra Mundial. Defendemos a proposição segundo a qual estas políticas foram condicionadas por diferentes projetos nacionais de desenvolvimento. Em um contexto de crise estrutural do capitalismo, enquanto a Revolução de 1930 abriu novas possibilidades de desenvolvimento para o Brasil, a vitória das forças conservadoras na Argentina contribuiu para acentuar a desaceleração do crescimento econômico.

HEG 3.3

Imigração e industrialização no Brasil e na Argentina (1870-1930)

André Luiz Lanza, Maria Lucia Lamounier; Universidade de São Paulo-Ribeirão Preto/SP

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar e comparar os processos de imigração e industrialização no Brasil e na Argentina no período de 1870 e 1930. Durante este período houve, além de uma grande expansão da economia agroexportadora nos dois países, o início do processo de industrialização e modernização de suas infraestruturas. A literatura para o período destaca o papel

que os imigrantes tiveram na formação e consolidação das indústrias nacionais. A historiografia mostra diversas teorias que tentam explicar o desenvolvimento industrial nos dois países. A teoria do crescimento induzidos pelas exportações se faz presente para explicar a industrialização no período estudado nos dois países. O paper é fruto de uma pesquisa em andamento que terá como finalidade a confecção de dissertação de mestrado.

HEG 3.4

Mirar al sur: la crisis de fin de siglo en Argentina y Brasil en la prensa mexicana; la cobertura de El Universal y El Economista Mexicano: 1889-1894

Veremundo Carrillo Reveles; El Colegio de México-Cidade do México/México

Resumo: El trabajo analiza la manera en que la crisis financiera desatada en 1890 – Baring para Argentina y Encilhamento para Brasil – fue seguida y discutida por la prensa mexicana. El texto hace eco del marco neo-institucional, que considera los procesos de transmisión de información como variable crucial para las elecciones y expectativas de los agentes económicos. Se propone que través del espejo de la crisis sudamericana la prensa mexicana desplegó un marco para analizar el funcionamiento de algunas de las políticas económicas del gobierno de Porfirio Díaz, utilizando la perspectiva comparada con sus similares de Argentina y Brasil. Asimismo, el interés de los periódicos mexicanos obedeció al impacto que la crisis podría tener el orden geopolítico continental, que vivía un proceso de reacomodo tras la Primera Conferencia Panamericana, y en momentos en los que justo México había iniciado una nueva etapa diplomática, de relación directa, con las dos naciones sudamericanas en cuestión.

HEG 3.5

Pautas de composición y distribución espacial de la riqueza en las colonias agrícolas de Brasil y Argentina. Un análisis comparativo de los casos de São Leopoldo (Rio Grande do Sul, Brasil) y Esperanza (provincia de Santa Fe, Argentina), 1864-1875

Juan Luis Mariuren; Universidad de Buenos Aires

Resumo: El presente trabajo busca analizar comparativamente dos espacios puntuales de ambos países en los cuales la colonización agrícola tuvo un marcado desarrollo en el siglo XIX: el caso del distrito de São Leopoldo en Rio Grande do Sul y el del núcleo primigenio de colonización de la provincia de Santa Fe. Se pretenden estudiar en particular las pautas composición de la riqueza en dichas colonias agrícolas, y al mismo tiempo mensurar su nivel

de distribución mediante la aplicación del coeficiente de Gini, en un marco temporal que abarca el período transcurrido entre 1864 y 1875. El trabajo se basa en la utilización de dos fuentes principales (registros fiscales e inventarios post-mortem) que, si bien diferentes, permiten realizar igualmente un análisis comparativo de ambos espacios.

HEG 4.1

A Circulação Monetária no Vice-Reinado do Prata (1776-1810)

Alexandre Jerônimo de Freitas; UFRRJ

Resumo: Objetivo deste trabalho é analisar os principais elementos formadores do espaço monetário que floresceu a partir da criação do Vice-Reinado do Rio da Prata. Por um lado, será visto como a reorganização da estratégia de defesa da Coroa Espanhola de suas possessões na América fortaleceu o crescimento do crédito público na região, através do financiamento dos gastos militares. Por outro lado, a reforma no sistema de comércio espanhol criou um novo circuito comercial que ligava o comércio atlântico com a região do Alto Peru, através do porto de Buenos Aires. Este comércio estimulou a formação de uma cadeia de pagamentos sustentada pela emissão de instrumentos privados de crédito. Tanto por via pública como por via privada, o crescimento do crédito na região serviu de base para a formação de um complexo sistema monetário no Vice-Reinado do Rio da Prata.

HEG 4.2

El plan de estabilización de 1952 y el acompañamiento económico-burocrático durante el peronismo clásico

Martin Stawski, Miguel Taroncher; Universidad de Buenos Aires, UNMDP/Argentina

Resumo: El presente trabajo tiene como objetivo analizar el Plan Económico de Estabilización de 1952 para luego centrarnos en la reforma económica burocrática que acompañó dicho proceso. Nuestro objetivo es anudar en el análisis las modificaciones operadas en los ámbitos de gestión económica con las medidas tomadas en materia de política económica, con el propósito específico de identificar las articulaciones entre las dos esferas y arribar a una comprensión más acabada de las acciones y determinantes de esas transformaciones. Adicionalmente, el trabajo aporta a identificar la generación de capacidades estatales e instrumentos para la estructuración de determinadas estrategias económico-sociales y su consecución

HEG 4.3

Ingenios azucareros y refineras. La disputa por el mercado interno argentino en los inicios del siglo XX

Daniel Moyano; UNT/Argentina

Resumo: Nos proponemos analizar las estrategias desarrolladas por diferentes empresas azucareras del norte argentino tendientes a romper el monopolio del refinado que detentaba, desde finales del siglo XIX, la 'Refinería Argentina', ubicada en el puerto de Rosario de Santa Fe. Particularmente pondremos el acento en la incorporación de nuevas tecnologías y procesos de elaboración, en la producción de tipos superiores de azúcar (como los granulados y refinados directamente en fábrica), y en sus estrategias de mercadeo. De esta manera, estudiaremos las vicisitudes por las que atravesó la refinación de azúcar en Argentina a través de la lucha entablada entre la 'Refinería' y las empresas azucareras por captar porciones del mercado, la paulatina descentralización del refinado y el posterior "triumfo" de los ingenios en el mercado interno tras el cierre del establecimiento rosarino, en 1932.

HEG 4.4

A Brahma e as Guerras

Teresa Cristina de Novaes Marques; Universidade de Brasília

Resumo: Este ensaio explora a sustentação política da empresa Brahma nos contextos das duas guerras mundiais do século 20. Além de lançar luz sobre os bastidores dos embates diplomáticos sobre questões comerciais, o ensaio busca, sobretudo, discutir a forma como o governo brasileiro tratou empresas de nações inimigas em 1917 e em 1942. O ensaio sustenta que as diferenças decorrem da forma peculiar como as relações entre Brasil e a Grã Bretanha se davam na Primeira República, e como o Brasil se reagiu às pressões da diplomacia norte-americana nos anos 1940. Outro marco comparativo entre as duas guerras diz respeito ao ambiente nacionalista que vigorava no período varguista.

HEG 5.1

Da transição à segunda escravidão: uma análise acerca da literatura sobre o capitalismo

Bruno Novelino Vittoretto; Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O escopo desse trabalho é fazer uma breve análise sobre a produção acadêmica relacionada à temática do capitalismo, assim como os possíveis tópicos a ele relacionados, da segunda metade do século XX em diante. Na

realidade, uma descrição de autores – incluindo não só historiadores, mas economistas e outros especialistas; dedicados a compreendê-lo, principalmente na América Latina. Para tanto, realiza-se incursões sobre cinco maneiras diversas de compreensão do fenômeno desenvolvidas ao longo desse tempo, tentando identificar as possíveis interlocuções dentre elas. A começar pelo debate feudalismo/capitalismo, seguem-se pontuais referências sobre Teoria da Dependência, World System Analysis, Global Commodity Chains e por fim, Second Slavery.

HEG 5.2

Possessões portuguesas em África: geografia, ocupação produtiva e desenvolvimento econômico (1875-1886)

Paulo Cesar Gonçalves; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Assis/SP

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo analisar as diferentes implicações da conjuntura de final de século, entendido como um período de intensificação do imperialismo europeu, nos debates sobre colonização, emigração e império em Portugal. A abordagem recai sobre os caminhos percorridos pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pela Sociedade de Geografia Comercial do Porto nos discursos e práticas relacionados à construção do Império português em África.

MÓDULO: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

HPE 1.1

Beyond Thomas Mun: the economic ideas of Edward Coke, Francis Bacon and Lionel Cranfield

Carlos Eduardo Suprinyak; UFMG

Resumo: O presente artigo trata das ideias econômicas na Inglaterra do início do século XVII enfatizando, em lugar dos panfletos da época, a perspectiva utilizada na análise de questões econômicas por três das figuras públicas mais proeminentes do final da era jacobea: Lionel Cranfield, Francis Bacon e Edward Coke. Bacon e Coke abordavam a regulação econômica como parte de um sistema mais amplo de políticas públicas cujo propósito era promover a ordem e a estabilidade social. Cranfield, porém, trouxe uma perspectiva mercantil para a análise de questões dessa natureza, enfatizando a importância da balança comercial e do uso de dados quantitativos. Conclui-se que, embora uma filosofia social e política de origem tudoriana ainda dominasse a maneira como a coroa inglesa tratava de problemas econômicos, a nova perspectiva introduzida por Cranfield exerceu influência perceptível dentro dos círculos oficiais.

HPE 1.2

Hume e a origem da liberdade na Inglaterra

Rogério Arthmar; Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O artigo versa sobre a interpretação de Hume a respeito da luta pela liberdade na Inglaterra do século dezessete. Inicialmente, são revistos alguns aspectos do ceticismo filosófico do autor escocês em sua relação com a escrita histórica. A interpretação da realidade política inglesa do século dezoito, conforme elaborada nos *Essays* de Hume, é apresentada a seguir. Após, reconstitui-se a sua análise das dificuldades políticas e financeiras que afligiram a linhagem Stuart, particularmente o movimento parlamentar contra as prerrogativas reais que culminou na Guerra Civil e, adiante, na Revolução Gloriosa. Ao final, consideram-se os fundamentos de longo prazo do movimento pela liberdade na Inglaterra, tais como identificados por Hume, durante o declínio do feudalismo.

HPE 2.1

Adaptação e originalidade na construção de um pensamento econômico nacional

*Daniel do Val Cosentino, Roberto Pereira Silva, Thiago Fontelas Rosado Gambi;
Universidade Federal de Alfenas/MG*

Resumo: Este texto discute a possibilidade de reconstituição histórica de pensamentos econômicos nacionais que contemple aspectos geográficos, históricos e sociais. Tal possibilidade reside na afirmação do pluralismo metodológico, bem como na crítica à pretensa universalidade da teoria econômica, e, para discuti-la, abordam-se duas questões metodológicas que criam dificuldades na elaboração de histórias do pensamento econômico. A primeira diz respeito à consideração de um pensamento econômico nacional e passa pela distinção entre análise econômica e pensamento econômico, e pelas implicações metodológicas que ensejam. Esta distinção sugere, em alguma medida, a universalidade da teoria econômica, enquanto uma abordagem não disjuntiva respeita a economia em sua diversidade. A segunda questão, intimamente relacionada à primeira, enfrenta o problema da definição de um pensamento econômico nacional e, como desdobramento, os critérios que o definiriam, enfatizando a adaptação e a originalidade. Assim, seria possível reconstituir historicamente o pensamento econômico nacional a partir de sua capacidade de compreensão de realidades específicas, seja pela adaptação criativa de teorias oriundas de outras realidades nacionais, seja pela sua própria originalidade. A construção daquele pensamento econômico considera de modo mais coerente os problemas nacionais e abre, para os países periféricos, uma alternativa à subordinação ao centro na produção de ideias econômicas.

HPE 2.2

O avanço do processo de matematização na academia brasileira de economia desde a década de 1980

Mauricio Martinelli Luperi; Universidade Federal de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo: Olhando para o discurso econômico, buscamos verificar neste artigo, como a matematização avançou na ciência econômica brasileira nas três últimas décadas. Para observar isso, classificamos em diversas categorias todos os artigos publicados em três das principais revistas de economia do país (Revista Brasileira de Economia, Estudos Econômicos e Revista de Economia Política), bem como as publicações efetuadas nos encontros da ANPEC desde 1981 até 2010 de acordo com o tipo de argumentação utilizada. O total de artigos analisados

soma 5.733. Procuramos observar como foi a trajetória do discurso econômico, tornando-o mais matemático. Constatamos que houve um aumento do uso de uma linguagem formalizada a partir de meados da década de 1990. Por fim, para atestar nossas conclusões, focamos o processo de matematização na observação da variável quantitativa: equações por artigo.

HPE 2.3

O neoliberalismo e sua influência na constituição do pensamento da Nova CEPAL

Vinicius Figueiredo Silva; Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as principais mudanças processadas no interior do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) no período compreendido entre 1980-2004. Pretende-se também, no interior deste estudo, avaliar as tendências gerais da expansão desenfreada da ideologia neoliberal, principalmente no que tange sua influência nas políticas econômicas aplicadas nos governos latino-americanos, onde encontrara sem sombra de dúvidas, sua mais completa adesão ideológica. Partimos da hipótese de que o posicionamento da “Nova CEPAL” frente às reformas neoliberais possui um caráter revisionista se comparado à tradição crítica de sua gênese.

HPE 3.1

Gunnar Myrdal e o princípio da causação circular cumulativa: uma análise a partir dos trabalhos de Allyn Young, Nicholas Kaldor e Thorstein Veblen

Kaio Glauber Vital da Costa; Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O objetivo do presente estudo é revisitar e reavaliar os desenvolvimentos teóricos de Gunnar Myrdal a partir do ponto de vista da teoria da causação circular cumulativa (CCC). No que diz respeito à história da teoria da CCC, Myrdal é sempre situado entre Allyn Young e Nicholas Kaldor. Contudo, argumentamos que há três diferentes correntes da teoria da CCC: 1) a teoria desenvolvida por Young-Kaldor; 2) a teoria exposta por Veblen; e 3) a teoria de Wicksell. A teoria da CCC de Myrdal é uma teoria do desenvolvimento relacionando fatores econômicos, políticos e institucionais, além de elementos do lado da oferta e da demanda. Nesse sentido, a hipótese do estudo é a de que a teoria da CCC de Myrdal está situada entre as teorias de CCC desenvolvidas por Young-Kaldor e Veblen, permitindo, portanto, a elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico mais robusta do ponto de vista analítico.

HPE 3.2

Thorstein Veblen and Albert Bandura: a modern psychological reading of the conspicuous consumer

Felipe Almeida; Universidade Federal do Paraná

Resumo: Thorstein Veblen foi um dos principais responsáveis pelo advento da Economia Institucional Original. A análise social e evolucionária de objetos e pensamentos está no centro da abordagem vebleniana. O conteúdo psicológico dos escritos de Veblen gira em torno da consideração de instintos e hábitos. O objetivo deste artigo é revisitar a psicologia da abordagem de Veblen para o consumidor conspícuo. Este artigo foca na observação e cognição no instinto do trabalho eficiente e formação de hábitos, assim como suas influências no consumo conspícuo. Também é apresentada uma explicação psicológica da importância da classe ociosa para o consumidor conspícuo. Na construção dessa análise, são considerados elementos da teoria do aprendizado vicariante de Albert Bandura. Esses elementos são aqui introduzidos para enfatizar a observação vicariante como elemento central da abordagem de Veblen para o consumo conspícuo.

HPE 3.3

Incerteza e instituições: uma análise comparativa entre as abordagens da Nova Economia Institucional e da Nova Economia da Informação

Rafael Barbieri Camatta, Alexandre Ottoni Teatini Salles; Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este artigo procura estabelecer um paralelo teórico entre os conceitos de incerteza e instituições elaborados pela Nova Economia Institucional de Coase, Williamson e North, e a Nova Economia da Informação de Arrow, Akerlof e Stiglitz. Através do exame destes dois conceitos fundamentais para ambas as Escolas, busca-se encontrar os pontos de confluência e de dissonância entre estas correntes de pensamento. O artigo apresenta duas conclusões fundamentais. Primeira: a incerteza em Williamson é forte e causa direta do comportamento oportunista. Na NEInf os retornos dos ativos dependem tanto de fatores passíveis de serem computados por risco probabilístico quanto de fatores incertos. Segunda: as instituições em ambas as Escolas atuam de modo a reduzir a incerteza, as falhas de contrato e os custos de transação. Porém, tanto para North quanto para Stiglitz, nada garante que estas instituições surjam e sejam bem sucedidas neste aspecto. Ou seja, há possibilidade de instituições capazes de majorar os problemas de informação e as falhas de mercado.

HPE 4.1

Seguridad Social, Empleo y Propiedad Privada en William Beveridge

Claudio Llanos Reyes; Pontificia Universidad Católica de Valparaíso/Chile

Resumo: El presente artículo busca aproximarse a las nociones económico-políticas de William Beveridge, que plantearon la construcción del Estado de bienestar británico en la inmediata postguerra. Esta forma de Estado buscó salvar la crisis del capitalismo, proponiendo el control sobre el sistema. En su desarrollo el artículo muestra la relación que según William Beveridge (el "padre" de este modelo de Estado capitalista), debía existir entre el desarrollo de un sistema de seguridad social, el empleo y la situación de la propiedad privada. Mediante el estudio de algunos de sus escritos se observa que su pensamiento y propuesta liberal reconocía la importancia de la acción del Estado en materias económicas. Al mismo tiempo se señalan las particularidades y complejidades de las ideas de Beveridge en la relación que se observa entre la ocupación plena y la propiedad privada, como elementos base para la construcción de un sistema de Seguridad Social.

HPE 4.2

La construcción de la noción jurídica de empresa en la cultura europea de la sociedad industrial

Ferdinando Mazzarella; Università degli Studi di Palermo/Italia

Resumo: Desde o início do século XIX as dinâmicas organizativas situam a empresa no centro do sistema econômico europeu. À centralidade adquirida na esfera econômica, todavia, não corresponde uma equivalente consideração no plano jurídico. O Code de commerce francês de 1807 projeta um direito à medida do indivíduo e segue a lógica simplificadora da nova ordem, voltando-se à troca, à circulação da propriedade, à intromissão e à especulação, sem qualquer concessão à dimensão coletiva e complexa do fenômeno empresarial. É somente com a entrada em vigor, em 1900, do novo Código de comércio alemão (HGB), que o exercício de uma atividade de forma organizada torna-se a marca distintiva do caráter comercial, ponto de partida de um itinerário teórico através do qual a doutrina austroalemã acolhe no plano jurídico o conceito de 'Unternehmen', que passará a operar como um verdadeiro paradigma funcional para o novo direito da empresa do século XX.

HPE 4.3

Uma interpretação pós-keynesiana do Regime de Metas de Inflação: poderia a Autoridade Monetária ser capturada pelo sistema bancário?

Fábio Henrique Bittes Terra; Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O regime de metas de inflação (RMI) é o *modus operandi* da política monetária em vários países. A partir do referencial pós-keynesiano, o objetivo deste artigo é analisar se sob a vigência do RMI, a Autoridade Monetária (AM) pode ser capturada pelos bancos. Saliente-se, que “captura” traz consigo uma forte conotação. Contudo, o interesse é chamar a atenção para o fato de que AM e o sistema bancário não participam de jogos cooperativos, como querem os propositores do RMI. A hipótese é a de que a AM, sob o RMI, pode ser dominada, pois ela está constricta pela necessidade de reputação crível, e perde autonomia para enfrentar o comportamento estratégico dos bancos que, por sua vez, usam a rigidez de ação dela para enfrentarem suas expectativas incertas sobre a obtenção do lucro. Após o desenvolvimento teórico o artigo busca evidências do problema em tela na história do Brasil sob o RMI.

HPE 5.1

MIT Graduate Networks: the early years

Pedro Garcia Duarte; Universidade de São Paulo

Resumo: After World War II economists acquired increasing importance in the American society in general. Moreover, the production of economics PhDs in the United States increased substantially and became a less concentrated industry. This period witnessed also the reformulation of the graduate education in economics in the US, informed by the several changes that were occurring in economics: its mathematization, the neoclassicism, the advancement of econometrics, the “Keynesian revolution”, and the ultimate Americanization of economics. The centrality that the MIT graduate program acquired in the postwar period makes it an important case study of the transformation of American economics more generally. Therefore, my aim here is to scrutinize the formative years of this graduate program, mostly the 1940s and 1950s.

HPE 5.2

Uma parábola acadêmica: a jangada de Robert W. Fogel

Heitor Pinto de Moura Filho; Associação Biblioteca de Cultura

Resumo: O livro *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*, de R.W.Fogel & S.L.Engerman, alcançou grande fama como revolucionária

interpretação da escravidão norte-americana, embora, à época, tenha sido detalhadamente criticado por especialistas em história econômica quantitativa. Cremos que citá-lo por seu pioneirismo nos estudos quantitativos da escravidão tenha-se tornado um “meme” acadêmico que não espelha adequadamente as contundentes críticas sofridas pelo livro nos anos seguintes ao seu lançamento. Este texto relembra o lançamento do livro e os debates subsequentes, no contexto ideológico e metodológico da época, discutindo as críticas, com o objetivo de relativizar a contribuição desses autores em comparação com a dos demais estudiosos da escravidão.

HPE 5.3

O projeto de pesquisa heterodoxo da Mainline Economics

Eduardo Angeli; Universidade Federal do Pampa/RS

Resumo: O presente artigo apresenta e qualifica como heterodoxa e robusta a mainline economics, um projeto intelectual existente ao longo da evolução do pensamento econômico que abre mão de um conceito central à mainstream economics, o de equilíbrio, sob uma perspectiva liberal. Procura argumentar também que a crítica heterodoxa da teoria econômica convencional não deve ser confundida com a crítica do próprio sistema capitalista. Para isso, é discutido o que se entende por economia heterodoxa e é apresentado criticamente o papel do equilíbrio na abordagem estática convencional em Economia. Em seguida, mostra-se que a mainline economics adota a abordagem de processo de mercado e de emergência de coordenação sem comando central, sob uma perspectiva liberal. Destaques são dados para as contribuições oferecidas por F. A. Hayek.

HPE 5.4

Proposições feministas para uma economia não androcêntrica

Renata Faleiros Camargo Moreno; UFABC

Resumo: A economia feminista é uma corrente do pensamento econômico que se consolida na década de 1990. Este artigo apresenta os debates e proposições desta corrente a partir da crítica à suposta neutralidade de categorias e conceitos econômicos que, ao excluir boa parte da experiência das mulheres, notadamente o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, edificam uma teoria enviesada. A perspectiva feminista sobre a economia é apresentada neste artigo em diálogo com as elaborações da sociologia do trabalho.

HPE 6.1

Roberto Simonsen e o Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935: ideias econômicas e participação política

Danilo Barolo Martins de Lima, Luiz Felipe Bruzzi Curi; Universidade de São Paulo

Resumo: O trabalho identifica, a partir da documentação do debate travado acerca do Tratado Comercial Brasil-Estados Unidos, firmado em 1935, elementos que revelam a especificidade do pensamento econômico de Roberto Simonsen e a sua particular interpretação da história econômica do Brasil. Objetivamos verificar como, numa situação concreta de embate político, Simonsen mobilizou referenciais teóricos diversos, a fim de embasar seus argumentos e como, ao mesmo tempo, tal atuação na arena política teria contribuído para conformar seu pensamento econômico. As influências de dois autores alemães – Adolph Wagner e Karl Rodbertus – são analisadas, a partir das citações feitas por Simonsen e das obras dos respectivos autores. A forma mais consistente de defender interesses econômicos de classe, baseada em economistas internacionais e em excursos históricos bem informados, reveste a participação de Simonsen, no debate parlamentar em torno do Tratado, de um caráter particular, que o diferencia de seus colegas industriais, que faziam uma defesa da indústria mais baseada em argumentos morais. As fontes utilizadas foram os Anais da Câmara dos Deputados, o Decreto nº 542/1935, que promulga o Tratado, e as edições, publicadas na primeira década do século XX, dos livros dos autores estrangeiros referidos por Simonsen.

HPE 6.2

Rômulo Almeida e o pensamento econômico brasileiro

Francisco Monticeli Valias Neto, Daniel do Val Cosentino; Universidade Federal de Alfenas

Resumo: Rômulo Almeida é daqueles personagens até certo ponto injustiçados quando o assunto é o pensamento econômico brasileiro. São poucos os trabalhos a respeito de suas ideias econômicas se comparado à importância de sua atuação em momentos importantes da vida política e econômica brasileira. Sua contribuição para as reflexões acerca da realidade brasileira são essenciais. Seu trabalho como homem público, participando ativamente dos projetos industrializantes, de atuação do Estado para a transformação da economia nacional, bem como seu esforço para promover o desenvolvimento regional do Nordeste são merecedores de maior destaque e esforço interpretativo. Suas reflexões a respeito do planejamento regional, seja como homem público ao idealizar, conceber e participar da implementação do Banco do Nordeste, seja

como consultor privado em projetos como o Polo Petroquímico de Camaçari mostram quão importante, inovadoras e atuais são as suas ideias. Neste trabalho pretendemos apresentar um pouco da história e das ideias de Rômulo Almeida, afirmando e reforçando a sua importância para o pensamento econômico brasileiro, bem como a originalidade e atualidade de suas concepções a respeito, principalmente, dos temas relacionados ao desenvolvimentismo, planejamento econômico, industrialização e desenvolvimento regional. Recuperar suas ideias é, antes de tudo, fazer justiça a um pensador excepcional e fundamental para a compreensão do país.

HPE 6.3

Da política à teoria econômica: Celso Furtado na Revista Brasileira de Economia

Roberto Pereira Silva; Universidade Federal de Alfenas

Resumo: O trabalho procura localizar o momento decisivo na trajetória de Celso Furtado em que suas preocupações se voltaram efetivamente para o campo da economia. Essa mudança pode ser captada com a passagem de suas reflexões sobre Teoria Geral da Administração, as funções do Estado burocrático e suas análises de política econômica inglesa e francesa para a discussão sobre teoria econômica. Para tanto, iremos nos deter em duas resenhas publicadas por Celso Furtado na Revista Brasileira de Economia, entre 1948 e 1949, onde essa alteração em seus interesses pode ser apreendida

HPE 6.4

Revisitando as Hipóteses de Manuel Correia de Andrade: a questão da mão de obra

Rafael Aubert de Araujo Barros, Amanda Cristina Silva dos Santos, Luiz Eduardo Simões de Souza; Universidade Federal de Alagoas

Resumo: Estas notas visam apresentar o exame da obra do Historiador, Geógrafo e Economista pernambucano Manoel Correia de Andrade (1922 – 2007) no aspecto particular das hipóteses formuladas por este a respeito das condições da mão de obra nordestina, em seu caráter de intensividade, especialização, dispersão territorial e dinâmica espacial.

MÓDULO: HISTÓRIA DE EMPRESAS; HISTÓRIA DA TECNOLOGIA

HET 1.1 *Alcides*

Empresas extranjeras en la Argentina: perfiles y transformaciones de las cien mayores firmas en el período 1913-1960

Andrea Lluch; Norma Lanciotti; UNLPAM, UDESA, UNR, CONICET

Resumo: La ponencia analiza las características de las cien mayores empresas extranjeras en Argentina (en términos de capital invertido) desde el estallido de la primera Guerra Mundial (año base 1913) hasta el comienzo de la nueva fase de auge de inversión extranjera directa en la región (1959). Con el objetivo de evaluar el rol histórico de las empresas multinacionales y las características de las diferentes etapas de inversión extranjera directa en Argentina desde la perspectiva de la historia de empresas, analizaremos las condiciones económicas y políticas que determinaron la radicación de las grandes empresas extranjeras, las estrategias de entrada de las firmas y los cambios sectoriales, considerando el país de origen y la forma organizativa de las empresas. El estudio se basa en la identificación y sistematización de información sobre el conjunto de empresas extranjeras que operaban en el país, durante años seleccionados (1913, 1924, 1930, 1937, 1944, 1959). Estos datos se han obtenido a partir del procesamiento de distintas Guía de Sociedades Anónimas y otras fuentes complementarias. A partir de la base de datos resultante, hemos elaborado los rankings de las 100 mayores empresas extranjeras y de las 100 mayores empresas industriales extranjeras para cada uno de los años seleccionados, tomando como variable el capital social de las mismas en la Argentina.

HET 1.2

Cooperativa de Electricidad Bariloche: mucho más que la energía que nos une

Laura Irene Totonelli; Universidad Nacional de Río Negro/Argentina

Resumo: Este artigo tem como objetivo explorar a história recente de uma das instituições mais emblemáticas da cidade de San Carlos de Bariloche, a Cooperativa de Electricidad Bariloche Ltda. Companhia geralmente associada a grandes habilidades de gestão, responsabilidade social alta e notável envolvimento da comunidade, a organização atravessou momentos complexos para a sobrevivência na última década, como resultado de circunstâncias adversas de variáveis macroeconômicas, além de vários conflitos internos, que dizem que não apenas a capacidade de fornecer serviços pode colorir suas ações.

HET 1.3

El papel del Estado en el origen de las actividades económicas en una región periférica de Colombia: análisis comparativo entre la minería y la agroindustria

Juan Manuel Andrade Navia, Alexander Quintero Bonilla; Universidad Surcolombiana

Resumo: La evolución de actividades económicas, impulsadas por agentes empresariales, se constituye en objeto de estudio para comprender en toda su expresión, la realidad actual de las regiones. A la par, el apoyo que estructural o coyunturalmente puedan generar las instituciones del Estado se convierte en un elemento más en el estudio del surgimiento y desarrollo de las actividades que dinamizan la economía. Es en esta lógica que el presente estudio procura identificar y comprender el papel del Estado en el origen de las actividades económicas, para el caso particular de la minería y la agroindustria, en el departamento del Huila (región periférica de Colombia). Se pretendió comprender el fenómeno mediante la identificación y caracterización de las actividades económicas y sus relaciones con el Estado. En efecto se determinó que el Estado juega un papel determinante en el surgimiento y consolidación de actividades económicas o en su defecto en las condiciones en las que históricamente se encuentran. En efecto, se aprecia un estímulo a las actividades mediante la financiación de estudios técnicos que permitiesen determinar las potencialidades del sector en el que se encuentran inmersas. Sin embargo, su rol en ocasiones se limita a labores de control y/o supervisión con pocos esfuerzos para su desarrollo.

HET 2.1

A formação do Grupo Votorantim (1891-1923): financiamento e empreendedorismo na organização de um complexo industrial

Armando João Dalla Costa, Gustavo Pereira da Silva; Universidade Federal do Paraná

Resumo: O artigo analisa a formação do Grupo Votorantim, iniciando o trabalho pelo surgimento da Fábrica Têxtil Votorantim em Sorocaba na última década do século XIX, como parte da carteira industrial do Banco União de São Paulo. Posteriormente, o trabalho segue explorando o desenvolvimento e consolidação da Votorantim como uma das grandes firmas têxteis de São Paulo. Esta trajetória teria uma mudança em 1917, ano da falência do Banco União, quando a Votorantim e todo o espólio do banco foram adquiridos pelo imigrante português Antonio Pereira Ignacio e outros acionistas. Daquele ponto em diante, a Votorantim se tornaria uma grande, moderna e multifacetada empresa, atuando no setor têxtil, na exploração de cal e cimento, no setor imobiliário,

no setor agrícola e nas ferrovias. A documentação da empresa, obtida em seu Centro de Memória, embasa a formação de um grande complexo produtivo, que até hoje é um dos maiores conglomerados industriais brasileiros.

HET 2.2

A formação do grupo Bunge e sua instalação no mercado brasileiro (1818-1905)

Armando João Dalla Costa; Gustavo Pereira da Silva; Universidade Federal do Paraná

Resumo: O artigo tem como objetivo estudar a história da Bunge & Co., desde sua origem em Amsterdam, em 1818 até sua chegada no Brasil, em 1905. Para entender o surgimento e crescimento do grupo será levado em conta que ele se iniciou no contexto da industrialização e urbanização europeia. Sua primeira atividade voltou-se para o comércio de produtos coloniais acrescentando, logo em seguida, o comércio de grãos. Depois diversificou para o setor financeiro, compra de propriedades rurais e indústria. Ao chegar no Brasil já estava presente também na América do Norte, Ásia e Austrália, além da Europa e África. Utilizando autores que trabalharam com a teoria do crescimento da firma buscaremos entender quais fatores contribuíram para seu crescimento, a diversificação de suas atividades e sua forte implantação no cenário internacional. Como conclusão prévia pode-se afirmar que sua chegada ao Brasil foi uma consequência natural de seu processo de expansão.

HET 2.3

A indústria na sociedade escravista: um estudo das fábricas têxteis na região fluminense (1840-1880)

Luiz Carlos Soares; UFF, UFRJ

Resumo: A partir dos anos 1840, diversas fábricas de fiação e tecelagem de algodão se estabeleceram no Município do Rio de Janeiro e nas cercanias de cidades próximas da então capital brasileira. Verificava-se o início de um processo de crescimento não apenas do ramo têxtil, mas de diversos ramos industriais, que era estimulado pela expansão da cafeeira escravista agroexportadora, pelo aumento da população da capital e das províncias do Sudeste brasileiro (que implicava também na ampliação do mercado interno) e pela adoção de uma série de medidas de estímulo industrial pelo Governo Imperial. Assim, o objetivo maior deste trabalho vincula-se ao estudo da dimensão e da natureza das fábricas têxteis criadas na região fluminense, ou seja, as características fundamentais de sua organização técnico-produtiva.

HET 3.1

A indústria calçadista de Birigui na década de 1980: desenvolvimento e competitividade

Marco Aurélio Barbosa de Souza; Fundação Educacional de Araçatuba, Faculdade de Ciência e Tecnologia de Birigui, União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo

Resumo: O presente artigo tem como objetivo avaliar o desenvolvimento e a competitividade da indústria calçadista da cidade de Birigui na década de 1980. Foram revisados os conceitos de competitividade presentes em interpretações que analisaram a indústria brasileira de calçados nos anos 1980, em especial, a denominada competitividade (autêntica e espúria) e flexibilidade espúria. Para o desenvolvimento do trabalho, além da pesquisa bibliográfica, realizou-se um "Estudo de caso". Os resultados evidenciam que o termo "flexibilidade espúria" foi o mais apropriado para o entendimento da competitividade da indústria calçadista de Birigui na década de 1980. Em relação ao desenvolvimento, constatou-se que mesmo em uma década de baixo crescimento, a indústria local apresentou crescimento favorável.

HET 3.2

A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso

Paulo Roberto Cimó Queiroz; Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo: Entre a década de 1880 e meados do século XX destacou-se, no importante ramo da exploração dos ervais nativos do extremo sul do então Mato Grosso, uma única grande empresa capitalista. O presente trabalho, embora reconheça, de modo geral, a continuidade desse empreendimento, sob diferentes razões sociais, ao longo do período mencionado (tal como afirma a historiografia), considera necessário questionar os limites e os efetivos contornos de tal continuidade. Como contribuição a esse esforço, o texto analisa o interregno 1891-1902, marcado pela presença da sociedade anônima denominada Companhia Mate Laranjeira (CML). Com base em documentos dessa empresa e de outras a ela relacionadas, o trabalho busca apontar, na atuação da CML nesse período, importantes elementos de descontinuidade, entre os quais se destaca a busca da integração vertical de suas operações.

HET 3.3

As empresas do grupo Mascarenhas e o desenvolvimento de sociedades anônimas: expansão urbana e legado industrial

Claudia Marun Mascarenhas Martins; Università di Padova, Verona e Venezia

Resumo: O presente estudo visa recompor formação e desenvolvimento de sociedades anônimas do grupo familiar Mascarenhas, de 1868 a 1930. Analisa-se formação da primeira sociedade anônima Mascarenhas e o processo de expansão, diversificação de fabrico e agrupamento de pequenas empresas têxteis por parte desse grupo. Especialmente, aborda-se o processo de formação de sociedades anônimas em Juiz de Fora com a participação de Bernardo Mascarenhas, personagem chave no desenvolvimento de um projeto pioneiro nos setores têxtil e energético, com energia hidrelétrica aplicada à indústria. Partindo da história dessas sociedades, encontramos exemplos de desenvolvimento empresarial atrelado ao progresso urbano; de decadência de empreendimentos levando à desindustrialização; de estagnação econômica e urbana ou de outros investimentos com período de vida efêmero.

HET 3.4

Em torno das origens do financiamento imobiliário no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XX: as experiências da companhia FINCA e da Associação Predial de Santos.

Juan Lucas Gómez, Fábio Rogério Cassimiro Correa; Universidad Nacional de Tres de Febrero, Universidad de Buenos Aires, Universidade de São Paulo

Resumo: Pretendemos analisar a evolução da política de financiamento habitacional na Argentina e no Brasil durante a primeira metade do século XX, tendo como ponto de partida dois estudos de casos: a análise da companhia FINCA (Financiera Nacional Construcciones y Anexos, S.A), que operava na região de Buenos Aires; e da Associação Predial de Santos, que operava na baixada santista e na capital paulista. Estas sociedades recorriam a uma modalidade de financiamento conhecido como crédito recíproco, precursora do atual consórcio imobiliário. Buscamos reconstruir o seu modo de funcionamento e, ao mesmo tempo, analisar como as políticas públicas para habitação influenciaram no seu funcionamento.

HET 4.1

Percorrendo a história da PETROBRÁS: caminhamos para uma nova fase da história petrolífera brasileira?

João Rodrigues Neto; Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O objetivo do presente trabalho é resgatar o processo histórico da Petrobrás, desde sua criação até os dias atuais, para identificar as possibilidades de concretizar as estratégias definidas, pelo Estado, para o setor petrolífero brasileiro, com o advento da exploração e produção na camada pré-sal. A confirmação, dessas estratégias, levaria o Brasil para o grupo dos grandes produtores mundiais de petróleo. Como o planejamento da Petrobrás tem um período definido, até 2020, para a exploração da área pré-selecionada entre os estados do Espírito Santo e Santa Catarina, cria-se uma expectativa de que, o país entrará numa nova fase de crescimento econômico, o que levará a melhoria das condições de vida dos brasileiros, isto é, a um novo patamar de desenvolvimento econômico e social. Eis a questão a ser respondida: caminhamos para uma nova fase da história petrolífera brasileira?

HET 4.2

A relação entre a PETROBRÁS e a indústria da construção naval brasileira

Alcides Goularti Filho; Universidade Estadual de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a relação entre a Petrobras, por meio da Frota Nacional de Petroleiros (Fronape), e a trajetória da indústria da construção naval brasileira entre 1959 e 1999. O texto está dividido em cinco tópicos, incluindo as considerações finais. O primeiro ponto do texto traz um panorama da trajetória da marinha mercante e da construção naval brasileira do século XIX até meados do século XX. No segundo ponto, é analisado o contexto da criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938), da Fronape (1950) e da Petrobras (1953). O terceiro item pontua as ações estatais que levaram à instalação da indústria da construção naval pesada no final dos anos de 1950. Por fim, o quarto, que está subdividido em quatro tópicos, discute propriamente a relação entre a Petrobras e a indústria naval brasileira por meio de encomenda e aquisições de embarcações para compor a frota da Fronape.

HET 4.3

Estado e desenvolvimento tecnológico: o Brasil na mineração e metalurgia dos séculos XIX e XX

Tânia Maria Ferreira de Souza, Catari Vilela Chaves; PUC/MG

Resumo: O artigo em questão analisa os dados das patentes registradas na mineração e na metalurgia em nível mundial e sua aplicabilidade ao Brasil dos séculos XIX e XX, considerando as possíveis contribuições para o desenvolvimento tecnológico de ambos os segmentos. Para isso, o trabalho discute também o processo de desenvolvimento tecnológico, à luz da discussão do papel do Estado na garantia dos direitos de propriedade intelectual e dos registros de patentes. Além disso, busca entender como essas inovações foram utilizadas e adaptadas ao locus do Brasil durante o período, tentando vislumbrar um padrão de inventividade construído a partir da capacidade do país de garantir, ao longo de sua história econômica, um ambiente institucional favorável ao florescimento e consolidação desses direitos de propriedade intelectual.

Autor(a)	Módulo	Página
Agnaldo Valentin	BRI 2.3	21
Ailton Laurentino Caris Fagundes	BRR 7.2	43
Alcides Goularti Filho	HET 4.2	71
Alda Mourão	BRR 3.5	36
Alexander Quintero Bonilla	HET 1.3	67
Alexandre Black de Albuquerque	BRR 7.3	43
Alexandre Jerônimo de Freitas	HEG 4.1	54
Alexandre Macchione Saes	BRR 2.2	33
Alexandre Ottoni Teatini Salles	HEG 1.1	48
Alexandre Ottoni Teatini Salles	HPE 3.3	60
Alexandre Queiroz Guimarães	HEG 2.2	50
Almir de Paula e Silva	BRI 5.2	25
Amanda Cristina Silva dos Santos	HPE 6.4	65
Amaury Patrick Gremaud	BRI 6.1	26
Anderson José Pires	BRI 5.3	26
André Augusto da Fonseca	BRC 4.2	18
André Filippe de Mello e Paiva	BRC 1.1	13
André Luiz Lanza	HEG 3.3	52
Andrea Lluch	HET 1.1	66
Armando João Dalla Costa	HET 2.1	67
Armando João Dalla Costa	HET 2.2	68
Bernardo Silva de Carvalho Ribeiro	BRI 8.2	30
Breno Aparecido Servidone Moreno	BRI 5.1	25

Autor(a)	Módulo	Página
Bruno Novelino Vittoretto	HEG 5.1	55
Caio Junqueira de Souza Albuquerque	BRI 3.3	23
Carlos de Oliveira Malaquias	BRC 3.3	16
Carlos Eduardo Suprinyak	HPE 1.1	57
Carlos Eduardo Valencia Villa	BRI 6.2	27
Carlos Henrique Lopes Rodrigues	BRR 5.3	40
Carlos Miranda Rozas	HEG 1.3	49
Catari Vilela Chaves	HET 4.3	72
Cezar Honorato	BRI 7.2	29
Cezar Teixeira Honorato	BRI 8.1	29
Claudia Marun Mascarenhas Martins	HET 3.3	70
Claudio D. Shikida	BRR 6.4	42
Claudio Llanos Reyes	HPE 4.1	61
Daniel do Val Cosentino	HPE 2.1	58
Daniel do Val Cosentino	HPE 6.2	64
Daniel Moyano	HEG 4.3	55
Daniel William Franken	BRI 6.3	27
Danilo Barolo Martins de Lima	HPE 6.1	64
Diego de Cambraia Martins	BRC 2.4	15
Edneila Rodrigues Chaves	BRI 4.2	24
Eduardo Angeli	HPE 5.3	63
Eduardo Figueiredo Bastian	BRR 4.1	37
Eduardo José Vieira	BRI 1.2	19

Autor(a)	Módulo	Página
Elson Rodrigo de Souza-Santos	HEG 1.4	49
Esdras Arraes	BRC 2.2	14
Fábio Alexandre dos Santos	BRR 9.2	46
Fábio Antonio de Campos	BRR 4.2	37
Fábio Henrique Bittes Terra	HPE 4.3	62
Fábio Pesavento	BRC 4.1	17
Fábio Rogério Cassimiro Correa	HET 3.4	70
Fania Fridman	BRR 8.4	45
Felipe Almeida	HPE 3.2	60
Felipe Marinho Duarte	BRR 6.1	41
Felipe Pereira Loureiro	BRR 4.3	38
Ferdinando Mazzarella	HPE 4.2	61
Fernando Antonio Abrahão	BRR 2.3	33
Fernando Antonio Alves da Costa	BRI 1.3	20
Fernando Franco Netto	BRI 1.4	20
Fernando Leitão Rocha Junior	HEG 1.2	48
Franciany Cordeiro Gomes	BRC 1.2	13
Francisco Luiz Corsi	HEG 3.2	52
Francisco Monticeli Valias Neto	HPE 6.2	64
Gabriel Almeida Antunes Rossini	BRI 2.5	22
Guilherme de Oliveira	BRR 3.3	35
Guilherme Fernandes de Souza	HEG 2.4	51
Gustavo Pereira da Silva	HET 2.1	67

Autor(a)	Módulo	Página
Gustavo Pereira da Silva	HET 2.2	68
Gustavo S. Cortes	BRR 6.4	42
Hamilton Afonso de Oliveira	BRR 9.3	46
Heitor Pinto de Moura Filho	HPE 5.2	62
Henrique Sobral	BRI 7.1	28
Hyllo Nader de Araújo Salles	BRC 2.1	14
Ignacio Godinho Delgado	HEG 2.3	50
Ivanil Nunes	BRR 3.4	36
João Rodrigues Nero	HET 4.1	71
Jorge Armindo Aguiar Varaschin	BRR 3.2	35
José Antonio Fernandes	BRR 1.3	31
Juan Lucas Gómez	HET 3.4	70
Juan Luis Martiren	HEG 3.5	53
Juan Manuel Andrade Navia	HET 1.3	67
Jussara França de Azevedo	BRI 8.1	29
Kaio Glauber Vital da Costa	HPE 3.1	59
Laura Irene Totonelli	HET 1.2	66
Leandro Braga de Andrade	BRI 7.3	29
Leandro do Carmo Quintão	BRR 1.2	31
Leandro M. Malavota	BRI 4.1	24
Lélio Luiz de Oliveira	BRR 2.1	33
Leonardo Soares dos Santos	BRR 9.4	47
Lidiana Cristina de Oliveira Godoi	BRR 9.1	46

Autor(a)	Módulo	Página
Lidiany Silva Barbosa	BRI 3.1	22
Luciana Portilho da Silva	BRR 8.2	45
Luiz Alberto Ornellas Rezende	BRC 3.4	17
Luiz Carlos Soares	HET 2.3	68
Luiz Eduardo Simões de Souza	HEG 2.1	50
Luiz Eduardo Simões de Souza	HPE 6.4	65
Luiz Felipe Bruzzi Curi	HPE 6.1	64
Mábia Aline Freitas Sales	BRI 6.4	28
Maísa Faleiros da Cunha	BRI 2.1	20
Manoela Pedroza	BRI 7.1	28
Marcel Pereira da Silva	BRR 1.4	32
Marcela Busnelo	BRR 1.5	32
Marcelo Loyola de Andrade	BRI 2.2	21
Marcelo Magalhães Godoy	BRI 3.1	22
Marco Antônio S. de Almeida	HEG 2.4	51
Marco Aurélio Barbosa de Souza	HET 3.1	69
Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli	HEG 2.1	50
Maria Heloisa Lenz	HEG 3.1	52
Maria Lucia Lamounier	HEG 3.3	52
Maria Lúcia Lamounier	BRI 3.3	23
Maria Lúcia Lamounier	BRI 3.2	23
Mário Danieli Neto	BRI 2.4	22
Mario Marcos Sampaio Rodarte	BRI 8.2	30

Autor(a)	Módulo	Página
Mario Marcos Sampaio Rodarte	BRI 8.3	30
Martin Stawski	HEG 4.2	54
Matheus Soares de Mendonça	BRI 8.3	30
Mauricio Martinelli Luperi	HPE 2.2	58
Maximiliano M. Menz	BRC 3.2	16
Mayra Coan Lago	HEG 1.5	49
Michel Deliberali Marson	BRR 1.5	32
Miguel Taroncher	HEG 4.2	54
Norma Lanciotti	HET 1.1	66
Orange Matos Feitosa	BRR 1.1	31
Paula Chaves Teixeira	BRI 1.1	19
Paula Martins Mello	BRI 8.3	30
Paulo Cesar Gonçalves	HEG 5.2	56
Paulo Roberto Cimó Queiroz	HET 3.2	69
Paulo Roberto de Oliveira	BRR 2.2	33
Pedro Cezar Dutra Fonseca	HEG 3.1	52
Pedro Garcia Duarte	HPE 5.1	62
Pedro Henrique Leão Coelho	BRI 5.4	26
Pedro Paulo Zahluth Bastos	BRR 5.1	39
Pedro Paulo Zahluth Bastos	BRR 5.4	40
Pedro Ramos	BRR 7.1	43
Priscila Musquim Alcântara Oliveira	BRR 8.1	44
Quelen Ingrid Lopes	BRC 3.1	16

Autor(a)	Módulo	Página
Rafael Aubert de Araujo Barros	HPE 6.4	65
Rafael Barbieri Camatta	HPE 3.3	60
Rafael Moraes	BRR 5.2	39
Raphael Chaves Ferreira	BRC 1.3	14
Renata Faleiros Camargo Moreno	HPE 5.4	63
Renato Leite Marcondes	BRR 6.2	41
Renato Perim Colistete	BRR 2.4	34
Roberta Barros Meira	BRR 3.1	34
Roberto Pereira Silva	HPE 2.1	58
Roberto Pereira Silva	HPE 6.3	65
Rodrigo Emmanuel Santana Borges	BRR 7.4	44
Rodrigo Fontanari	BRR 2.2	33
Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa	BRI 4.3	24
Rogério Arthmar	HPE 1.2	57
Rogério Naques Faleiros	BRR 3.4	36
Rogério Vial	BRI 1.4	20
Sérgio Marley Modesto Monteiro	BRR 6.3	42
Siméia de Nazaré Lopes	BRC 4.3	18
Tânia Maria Ferreira de Souza	HET 4.3	72
Teresa Cristina de Novaes Marques	HEG 4.4	55
Thiago Fontelas Rosado Gamibi	HPE 2.1	58
Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca	BRI 7.2	29
Tiago Camarinha Lopes	BRR 7.4	44

Autor(a)	Módulo	Página
Uallace Moreira Lima	BRR 5.1	39
Valéria Marques Lobo	BRR 8.3	45
Veremundo Carrillo Reveles	HEG 3.4	53
Victor Augusto Ferraz Young	BRR 4.4	38
Vinicius Figueiredo Silva	HPE 2.3	59
Vitor Eduardo Schincariol	HEG 2.5	51
Wolfgang Lenk	BRC 2.3	15

ORIENTAÇÃO QUANTO À FORMA DE CONSULTA

Os trabalhos estão dispostos segundo o módulo ao qual foram adscritos durante o Congresso. A busca onomástica pode ser feita a partir da relação completa de todos os autores associada ao título da comunicação e módulo que se encontra nas páginas anteriores. O conteúdo completo dos trabalhos encontra-se disponível na mídia em anexo em formato *flipbook*. Para utilizá-la, insira-a no leitor, e em seguida execute o módulo desejado. Para navegação utilize as barras superior e inferior, as setas do teclado, ou vire as páginas com o mouse. No sumário, clique no módulo desejado para avançar para seu conteúdo. Uma busca detalhada por palavra pode ser feita com a ferramenta procurar, que encontra-se na barra superior.

